



RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre 2020

GamaLife - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

Rua Castilho, n.º 26, 4.º, freguesia de Santo António, Lisboa

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e NIPC 503 024 856

Capital Social EUR 50.000.000

1. Relatório de Gestão.....	5
1.1 Órgãos Sociais	6
1.2 Enquadramento macroeconómico	6
1.2.1 Situação económica	6
1.2.2 O setor segurador	8
1.3 Principais indicadores e variáveis da atividade.....	10
1.4 A atividade da Companhia	10
1.5 Declaração a que se refere a alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários	13
2. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e Anexos integrantes das Demonstrações Financeiras	14
2.1 Conta de Ganhos e Perdas	15
2.2 Demonstração do Rendimento Integral	16
2.3 Demonstração da posição financeira	17
2.4 Demonstração de Variações do Capital Próprio	19
2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa	20
2.6 Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	21

Índice

1. Relatório de Gestão

1.1. Órgãos Sociais

Em 30 de Junho de 2020, a composição dos Órgãos Sociais da GAMALIFE - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A. (GamaLife) é a seguinte:

Conselho de Administração

Matteo Castelvetti (Presidente)

Alistair Wallace Bell (Vogal)

Filomena Teresa Mil-Homens Ferreira Santos (Vogal desde 14/04/2020)

Mesa da Assembleia Geral

Mário Lino Dias (Presidente)

José Miguel de Seabra Lopes Marcão (Secretário)

Conselho Fiscal

António Joaquim Andrade Gonçalves (Presidente)

José Maria Ribeiro da Cunha (Vogal efetivo)

Joaquim Manuel da Silva Neves (Vogal efetivo)

Paulo Ribeiro da Silva (Vogal suplente)

1.2. Enquadramento macroeconómico

1.2.1. Situação Económica

A 12 de março de 2020, a OMS declarou que a epidemia de COVID-19 atingiu o nível de uma pandemia. O efeito económico da contínua escalada da pandemia tem sido amplamente caracterizado como o choque mais devastador a atingir a economia de todos os países do mundo desde a Segunda Guerra Mundial. O carácter único desta recessão colocou novos e desconhecidos desafios do lado da política monetária e política fiscal.

Do lado da procura, os bloqueios e as medidas de distanciamento social não só desencadearam uma súbita paragem nos hábitos de consumo, como a tornaram altamente insensível a qualquer estímulo. Do lado da oferta, a produção sofreu perturbações nas suacadeias de abastecimento, provocando pouca visibilidade aos principais agentes económicos. Os danos, na sua natureza temporária, poderão deixar efeitos de queda profunda e sinais permanentes se o desemprego persistir durante um período prolongado na economia com elevados níveis de falências de empresas.

A deterioração das perspetivas de crescimento traduziu-se numa queda dos índices acionistas, do mercado de crédito e de governos com um aumento súbito da volatilidade e da aversão ao risco por parte dos investidores. Em todas as principais economias, as autoridades monetárias e fiscais decretaram fortes medidas expansionistas para fornecer apoio ao rendimento das famílias e empresas, amplo crédito à economia de forma a reforçar a liquidez do mercado em todos os instrumentos financeiros.

Neste ambiente, as expectativas de inflação foram marcadamente revistas em baixa em todos os horizontes temporais. A Reserva Federal dos EUA e o Banco Central Europeu tomaram medidas decisivas para facilitar as condições monetárias e, adotaram pacotes abrangentes de medidas, tais como, operações de refinanciamento expansionista para apoiar os bancos e novos programas de aquisição de ativos de emergência pandémica de forma a contrariar o alargamento dos *spreads* de crédito. Os Governos têm estado ativos na aprovação de empréstimos de apoio estatal às empresas com problemas de liquidez, devido à emergência e à quebra prolongada das receitas e, ao mesmo tempo, no reforço das redes de proteção social, suspensão do pagamento de impostos, moratórias da dívida sobre empréstimos bancários, etc. Os dados disponíveis sugerem que a produção industrial caiu em média 15%, com importantes efeitos negativos no crescimento do PIB ainda não completamente conhecidos (-8,7%).

Os indicadores de atividade económica foram também severamente afetados, com muitos indicadores PMI a atingir novos mínimos. Em muitos países, a subsequente contração foi a maior oscilação da atividade económica desde há muitos anos. A rapidez da recuperação da economia global dependerá, para além do curso da pandemia, dos desenvolvimentos relativos ao comércio mundial, da evolução dos mercados financeiros, do impacto em alguns segmentos dos sectores dos serviços e das repercussões na confiança dos consumidores e nos rendimentos disponíveis. O *timing* e a eficácia das várias medidas de política económica que foram introduzidas em todos os países (numa escala sem precedentes, muito para além das adotadas na crise financeira) foram cruciais para proteger o mundo global e já permitiram assistirmos a melhores condições de mercado em meados de abril, maio e junho.

No sector financeiro, é importante notar como os bancos, muito frágeis na crise financeira anterior há 10 anos, têm sido, até agora, muito resistentes à crise económica induzida pela pandemia mostrando melhor capitalização, condições de liquidez e maior qualidade dos ativos nos seus balanços. factos extremamente importantes porque os empréstimos bancários representam a grande maioria do crédito das famílias na Europa e, em menor medida, nos Estados Unidos.

Grande parte do sector empresarial enfrentou um grande défice de financiamento em março e abril, mas no final do 2º trimestre parece ter encontrado o apoio das atividades dos bancos centrais e renovado o apetite de risco por parte dos investidores. As empresas *Investment Grade* e mesmo o segmento empresarial *High Yield* estão, em finais de Junho, a enfrentar condições financeiras quase normalizadas nos mercados de capitais tendo o sentimento dos investidores melhorado acentuadamente no IG, nos mercados de *leverage loans* e de obrigações e nos créditos privados. O rolar da dívida vencida/a vencer e novos financiamentos para operações é possível para quase todos os sectores, com dificuldades óbvias para os setores de lazer e de retalho. Os *spreads* de muitas obrigações do Estado contra o Bund alemão voltaram a níveis aceitáveis e confortáveis apoiados pelos programas de compra do Banco Central, que incluíram dívidas de todos os Estados Europeus, uma vasta gama de títulos incluindo papel comercial, obrigações de empresas (*Investment Grade* e *High Yield* (em condições particulares)) e ABS. Na zona euro, Lagarde através do Programa de Compra de Emergência Pandémica ajudou, de facto, a reduzir os *spreads*, tal como o anúncio do Programa OMT (*Outright Monetary Transactions*) tinha feito em 2012 com Draghi. Evitar deslocções extremas no Mercado de Obrigações de Governo é considerado, há muitos anos, de primordial importância dado o papel crítico que as obrigações de governo desempenham no sistema financeiro e como instrumentos de transmissão da política monetária. Com a crise financeira global como precursor, o papel dos vários Bancos Centrais como mutuantes globais de último recurso foi ainda mais cimentado.

Em Portugal, a pandemia constituiu um choque sem precedentes para a economia. As principais conclusões indicam que as receitas das empresas durante o estado de emergência ficaram 35% abaixo da atividade normal apresentando, no entanto, uma melhoria gradual em Maio e em Junho. As últimas projeções apontam para uma redução de 9,5% do PIB para 2020, refletindo o impacto negativo muito acentuado da pandemia no primeiro semestre do ano. As quedas do PIB nos primeiros 2 trimestres são de uma magnitude sem precedentes (provavelmente em 1920 é possível encontrar um movimento semelhante) e complicam a exatidão de qualquer estimativa fiável para o ano corrente. As piores estimativas atingem um valor de cerca de -15%. O levantamento gradual das medidas de confinamento num contexto de relativo controlo do vírus, deverá impulsionar a atividade económica na última parte do ano, empurrando o crescimento em território positivo para 5,2% em 2021 e 3,8% em 2022 (contra 6% e 3,8% para o mundo). A procura interna e a atividade

de investimento são os principais canais para a recuperação, mas ambos serão insuficientes para atingir o nível de atividade projetado antes da crise pandémica. A taxa de desemprego é esperada em 10% em 2020, contra 6,5% em 2019. A recuperação das exportações será moderada, uma vez que o turismo, cujo peso aumentou substancialmente nos últimos anos, deverá ser particular e persistentemente afetado pela crise do vírus. Assim, espera-se que a taxa de desemprego permaneça elevada nos próximos anos e estabilize em cerca de 7,5% em 2022.

A carteira da GamaLife sofreu a volatilidade e turbulência financeira em março e abril e começou a recuperar significativamente no final do 2º trimestre, ajudada pela resiliência e bom desempenho dos ativos de crédito, industriais e financeiros. O bom comportamento das curvas de rendimento dos países periféricos em carteira, Itália, Espanha e Portugal, contribuiu positivamente para os retornos esperados dos ativos sem a necessidade de reduzir tais posições no momento mais intenso do impacto do coronavírus. A alocação ao mercado acionista foi cortada por razões conservadoras e prudentes, num contexto de preservação do valor da carteira.

1.2.2. O setor segurador

Segundo dados da APS (Associação Portuguesa de Seguradores), a produção de seguro direto em Portugal até junho de 2020 foi de 4,6 mil milhões de euros, representando um decréscimo homólogo de 28%.

Este decréscimo deve-se exclusivamente ao Ramo Vida, o qual acumulou até junho 1,9 mil milhões de euros de prémios emitidos, um valor 50,4% inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior. O Ramo Não Vida, por seu lado, mantém a tendência de crescimento verificada em 2019, totalizando 2,7 mil milhões de euros, mais 4,9% do que o verificado em período homólogo.

No Ramo Vida destaca-se a redução nos seguros financeiros (-58,3%), penalizados pelo atual contexto de taxas de juro reduzidas e a inexistência de estímulos fiscais à poupança. Os prémios de PPR reduziram 75,2% em relação a 2019 representando 0,5 mil milhões de euros a junho. Os Seguros de Capitalização tiveram uma produção de 0,9 mil milhões de euros, menos 35,8% que a verificada no período homólogo.

Nos Seguros de Capitalização é de destacar a evolução positiva dos contratos de investimento ligados a fundos de investimento (seguros *unit linked*) que cresceram 17,9% face a 2019 e totalizaram 0,5 mil milhões de euros. Este segmento representou 54% do total da produção dos Seguros de Capitalização na primeira metade de 2020, face a 29% no mesmo período do ano passado. No sentido oposto, de registar a redução nos contratos não ligados a fundos de investimento (seguros garantidos) que em 2019 representavam 67% da produção de Seguros de Capitalização e em 2020, com um volume de prémios de 0,4 mil milhões de euros (menos 60% do que em 2019), reduziram essa representatividade para 42%.

Os PPR apresentaram decréscimos em todos os segmentos. No entanto, é de realçar o aumento da representatividade dos contratos de investimento ligados a fundos de investimento (*unit linked*) que totalizaram 146 milhões de euros, menos 45% que em 2019, representando 32% do total da produção PPR (representavam 14% em 2019). Os contratos de seguro não ligados a fundos de investimento (seguros garantidos) reduziram 80,4% e representam 46% do total PPR (58% em 2019).

Nos seguros tradicionais de Vida Risco o volume de prémios cresceu 2% em relação ao primeiro semestre de 2019. Verificaram-se reduções nas Rendas Vitalícias (-24,6%) e nos Seguros Mistos e Outros (-16,7%), apesar do conjunto destes 2 produtos representar apenas 4% do total dos seguros de Vida Risco. Os Seguros de Risco Puro, beneficiando ainda do crescimento do crédito à habitação e do crédito ao consumo verificado no último ano, registaram um crescimento de 3,4% face ao período homólogo.

Em relação à quota de mercado global da GamaLife em volume de prémios, é atualmente de 7,6%, tendo reduzido 0,5 pontos percentuais face a junho de 2019. Nos seguros financeiros a quota de mercado da Companhia é atualmente de 8,4%, praticamente a mesma que a verificada a junho do ano passado (8,5%). No entanto é de referir o aumento da quota de mercado nos PPR (passou de 11,6% em junho de 2019 para 18,4%

no presente ano), em especial nos contratos de seguro não ligados a fundos de investimento (seguros garantidos) onde a quota da GamaLife é atualmente de 37,5% (19,4% em 2019). Nos contratos de investimento ligados a fundos de investimento (*unit linked*), o único segmento onde o mercado de seguros apresenta crescimento, a quota de mercado da Companhia é ainda reduzida (4,3%), tendo diminuído em relação a 2019 (era de 5,9%). Nos seguros de risco, a quota de mercado da GamaLife é de 5,7% (menos 0,4 pontos percentuais que a verificada em junho de 2019).

Ao nível dos custos com sinistros de seguro direto em Portugal, verifica-se um aumento de 1,3% (dados da APS a maio), quando comparado com o ano anterior. Este aumento deve-se ao Ramo Vida que teve um crescimento nos custos com sinistros em 4,2%, enquanto nos Ramos Não Vida se verificou um decréscimo destes custos em 4,3%.

No Ramo Vida destaca-se a sinistralidade verificada nos Seguros Financeiros que aumentaram o volume de sinistros em 5,1%. Os maiores crescimentos verificaram-se no PPR garantido (+65,4%), representando 6% das provisões matemáticas (3,6% em 2019) e na Capitalização *unit linked* (+57,5%) – representam 7,5% das provisões matemáticas (4,5% em 2019). Nos seguros de risco o volume de sinistros reduziu 9,4%.

No final de maio de 2020 (dados da APS), o volume de provisões matemáticas do Ramo Vida sob gestão das companhias de seguros era de 40,6 mil milhões de euros, um valor 2,5% inferior ao verificado no período homólogo. Verificaram-se decréscimos em praticamente todos os segmentos, com um único destaque positivo para o PPR *unit linked* que cresceu 11,5% face ao período homólogo, apesar da sua reduzida representatividade no total das provisões matemáticas (5% do total dos seguros financeiros). Os seguros de capitalização *unit linked*, que representam 27% do total das provisões matemáticas dos seguros financeiros, reduziram 4,9%, em parte devido à desvalorização dos mercados verificada no 2º trimestre.

PRODUÇÃO DE SEGURO DIRECTO EM PORTUGAL - VALORES ACUMULADOS

Fonte: APS

	Em milhares de euros		Var.
	jun/20	jun/19	homóloga
RAMO VIDA	1 873 396	3 778 935	-50,43%
RISCO	504 942	495 162	2,0%
- Rendas Vitalícias	9 431	12 501	-24,6%
- Seguros de Risco Puro	396 931	383 978	3,4%
- Seguros Mistos e Outros	10 566	12 682	-16,7%
- Risco - Não Declináveis	88 014	86 002	2,3%
FINANCEIROS	1 368 454	3 283 773	-58,3%
- <i>Produtos de Capitalização</i>	<i>904 873</i>	<i>1 409 792</i>	<i>-35,8%</i>
- Contratos de Seguro	206 408	544 109	-62,1%
- Ligados a Fundos de investimento	34 347	45 811	-25,0%
- Não ligados da Fundos de investimento	172 062	498 297	-65,5%
- Contratos de Investimento	698 465	865 683	-19,3%
- Ligados a Fundos de investimento	488 277	414 244	17,9%
- Não ligados da Fundos de investimento	210 188	451 439	-53,4%
- <i>PPR</i>	<i>463 581</i>	<i>1 869 931</i>	<i>-75,2%</i>
- Contratos de Seguro	213 192	1 087 697	-80,4%
- Ligados a Fundos de investimento	103	105	-1,6%
- Não ligados da Fundos de investimento	213 089	1 087 592	-80,4%
- Contratos de Investimento	250 390	782 235	-68,0%
- Ligados a Fundos de investimento	146 058	266 019	-45,1%
- Não ligados da Fundos de investimento	104 331	516 216	-79,8%
- Operações de Capitalização	0	4 050	--
RAMO NÃO VIDA - Seguro Directo	2 706 187	2 580 655	4,86%
TOTAL DO MERCADO	4 579 583	6 359 591	-27,99%

1.3. Principais Indicadores e Variáveis da Atividade

(em milhões de euros)

Balanço	jun/20	dez/19	jun/19	Var. homóloga
Ativo	4 924,3	5 187,8	5 372,8	-8,3%
Liquidez, Investimentos e Outros Tangíveis	4 840,4	5 128,8	4 751,8	1,9%
Provisões Técnicas de Seguro Direto	-1 847,9	-1 844,2	-1 664,1	-11,0%
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-2 595,7	-2 755,5	-2 806,3	7,5%
Divida subordinada	-90,0	-90,0	-90,0	
Capital Próprio e Interesses Minoritários	206,0	298,4	391,2	-47,4%
Ganhos e Perdas (+ Proveitos / - Custos)	junho 20	junho 19	Var.	
Prémios adquiridos (seguro direto e resseguro aceite)	98,2	256,5	-61,7%	
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-78,9	-63,8	-23,7%	
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-36,9	-39,4	6,3%	
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-18,1	-194,0	90,7%	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	-0,6	-1,9	66,5%	
Custos e gastos de exploração líquidos	-12,9	-13,7	6,0%	
Atividade Financeira Líquida	-21,0	2,7	-864,6%	
Rendimentos	28,6	31,4	-9,0%	
Outros gastos financeiros	-6,4	16,1	-139,6%	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	-43,5	-40,4	-7,6%	
Perdas de Imparidade	0,0	-5,5	100,0%	
Diferenças de Câmbio	0,2	1,1	-78,6%	
Resultado Líquido do exercício	-50,3	-21,1	-138,5%	

1.4. A Atividade da GamaLife

Aspetos relevantes da atividade e resultados

Nos primeiros meses do ano, a atividade da Companhia registou um decréscimo, que conduziu a uma diminuição de 5,1% do volume de ativos sob a sua gestão, face a dezembro de 2019.

O volume da produção da GamaLife no 1º semestre de 2020, agregando a produção dos contratos de seguro e os tratados no âmbito do IAS 39 (Unit Linked e produtos sem participação nos resultados), ascendeu a 143,1 milhões de Euros (uma diminuição de 53,6% face ao período homólogo do ano anterior).

Durante o primeiro semestre de 2020, os Capitais Próprios da Companhia diminuíram de 298 milhões de Euros para 206 milhões de Euros, evidenciando um decréscimo de 57 milhões de Euros nas reservas de reavaliação e um resultado contabilístico de -50,3 milhões de Euros.

O resultado da Companhia de -50,3 milhões de euros deveu-se principalmente a perdas relacionadas com produtos em carteira de taxas garantidas elevadas, perdas realizadas na carteira de acções e à provisão para compromissos de taxa.

O volume de negócio da Companhia ascendeu a 143,1 milhões de euros conforme detalhado no quadro abaixo:

Milhares de euros	junho 20	junho 19	Var.
TOTAL	143 139	308 216	-53,6%
PORTUGAL	143 108	308 190	-53,6%
RISCO	28 576	29 833	-4,2%
- Rendas Vitalícias	20	67	-70,8%
- Restantes Produtos Risco	28 556	29 767	-4,1%
FINANCEIROS	114 532	278 357	-58,9%
- Produtos de Capitalização	29 023	60 984	-52,4%
- Não ligados a Fundos de investime	7 948	36 525	-78,2%
- Ligados a Fundos de investimento	21 075	24 459	-13,8%
- PPR	85 509	217 372	-60,7%
- Não ligados a Fundos de investime	81 363	213 409	-61,9%
- Ligados a Fundos de investimento	4 146	3 963	4,6%
ESPANHA	31	26	20,7%
CONTRATOS DE SEGURO	115 932	275 482	-57,9%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	27 207	32 734	-16,9%
	143 139	308 216	-53,6%

- Nos PPR, a produção alcançou os 85,5 milhões de euros, com um decréscimo de 60,7%.
- Os produtos de Capitalização, registaram um decréscimo face a junho de 2019, na ordem dos 31 milhões de euros, representativo de um decréscimo de 52,4%.
- Os produtos de Risco, com um volume de produção de 28,6 milhões de euros, apresentam um decréscimo face ao ano anterior (-4,2%).

As provisões técnicas de seguro direto aumentaram em 0,2%, de 1.844,2 milhões de euros em dezembro de 2019 para 1.847,9 milhões de euros em junho de 2020. Os passivos por contratos de investimento viram decrescer o seu volume em 5,8%, passando de 2.755,5 milhões de euros em dezembro de 2019 para 2.595,7 milhões de euros verificados em junho de 2020, verificando-se assim um decréscimo de 3,4% no volume global de responsabilidades sob gestão da companhia no primeiro semestre de 2020.

O activo contribuiu com um decréscimo de 5,1% (5.187,8 milhões de euros em dezembro de 2019 para os atuais 4.294,3 milhões de euros), influenciados pelos movimentos atrás referidos.

Os custos com Pessoal e Fornecimentos Serviços Externo da GamaLife durante o primeiro semestre de 2020 aumentaram 31,6 %, atingindo um valor de 5 milhões de euros, face aos 3,8 milhões de euros registados em igual período de 2019.

Ao nível do resultado líquido, por razão das situações acima referidas, verificou-se que o mesmo passou de -21,1 milhões de euros em junho de 2019, para os atuais -50,3 milhões de euros.

O capital próprio da Companhia em junho de 2020 atingiu os 206 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 31% em relação ao verificado em dezembro de 2019 (298,4 milhões de euros).

Como nota final, gostaríamos de referir que o conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia, não tendo sido auditado.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes e Acionista depositam na Companhia, bem como o empenho e profissionalismo demonstrados pelos seus colaboradores e demais *stakeholders* da Companhia.

O Conselho de Administração deseja expressar ainda o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelo Conselho Fiscal, pelo ROC, pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nos vários domínios das suas áreas de competência.

Lisboa, 24 de agosto de 2020
O Conselho de Administração

1.5 Declaração a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários

Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários que cada uma das pessoas responsáveis dos emitentes deve fazer um conjunto de declarações aí previstas. No caso da Companhia foi adotada uma declaração uniforme, com o seguinte teor:

Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e demais documentos de prestação de contas da GamaLife - Companhia de Seguros de Vida, S.A., todos relativos ao 1.º semestre do exercício de 2020, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados daquela sociedade, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nos termos da referida disposição legal, faz-se a indicação nominativa das pessoas subscritoras e das suas funções:

<u>Nome</u>	<u>Função</u>
Matteo Castelvetri	Presidente do Conselho de Administração
Alistair Wallace Bell	Vogal do Conselho de Administração
Filomena Teresa Mil-Homens Ferreira Santos	Vogal do Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras Consolidadas Anexos Integrantes das Demonstrações Financeiras

2.1 – Conta de Ganhos e Perdas

CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADA EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

Proveitos/(Custos)	Valores em euros		
Conta de Ganhos e Perdas	Nota	junho 2020	junho 2019
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	98 213 191	256 485 217
Prémios brutos emitidos		115 931 788	275 481 835
Prémios de resseguro cedido		(17 575 034)	(18 831 198)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(143 563)	(165 420)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	6	5 175 916	8 483 178
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	7	(78 930 337)	(63 826 774)
Montantes pagos		(77 677 679)	(64 926 130)
Montantes brutos		(85 058 836)	(71 026 800)
Parte dos resseguradores		7 381 157	6 100 670
Provisão para sinistros (variação)		(1 252 658)	1 099 356
Montante bruto		1 320 869	1 000 486
Parte dos resseguradores		(2 573 527)	98 870
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8	(36 917 539)	(39 407 192)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9	(18 111 696)	(194 012 989)
Montante bruto		(18 016 722)	(193 843 618)
Parte dos resseguradores		(94 974)	(169 371)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	10	(621 432)	(1 852 521)
Custos e gastos de exploração líquidos	11	(12 884 387)	(13 703 604)
Custos de aquisição		(10 284 207)	(11 521 747)
Gastos administrativos		(2 596 405)	(2 084 954)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		(3 775)	(96 903)
Rendimentos	12	28 608 193	31 423 695
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		23 590 009	25 180 678
Outros		5 018 184	6 243 017
Outros gastos financeiros	13	(6 383 149)	16 138 486
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	16	(38 185 734)	(35 740 261)
De ativos disponíveis para venda		(4 285 253)	1 005 620
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		(33 900 481)	(37 357 957)
De outros		-	612 076
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	(5 264 375)	(4 630 489)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação		(340 737)	3 640 589
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(4 923 638)	(8 271 078)
Diferenças de câmbio	18	232 574	1 087 609
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	19	-	8 419 816
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	20	-	(5 533 558)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	21	(58 773)	(55 802)
Outras provisões (variação)		(768 799)	-
Outros rendimentos/gastos	22	733 529	6 183 130
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	23	-	(3 764 653)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		(65 162 818)	(34 306 712)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	34	(10 213)	13 439
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	34	14 841 834	14 073 151
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS		(50 331 197)	(20 220 122)
Interesses não controlados		-	(882 130)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(50 331 197)	(21 102 252)
Resultado por ação básico		-1,01	-0,42

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

2.2 – Demonstração do Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DE 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

Valores em euros			
	Nota	junho 2020	junho 2019
Resultado líquido do exercício		(50 331 197)	(21 102 252)
Variação das reservas de reavaliação			
<i>Itens já classificados para a demonstração de resultados</i>			
Imparidades dos ativos financeiros disponíveis para venda	20	-	5 533 558
Vendas de ativos financeiros disponíveis para venda		5 359 249	(1 012 125)
<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Variação do justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(112 545 731)	136 641 132
Variação dos impostos correntes e diferidos	34	14 397 553	(17 333 330)
Outras variações de capital próprio			
<i>Itens que não virão a ser reclassificados para a demonstração de resultados</i>			
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	42	50 692 309	(75 012 325)
Total do rendimento integral		(92 427 817)	27 714 658

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

2.3 – Demonstração da posição financeira

ATIVO CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO DE 2020, 31 DE DEZEMBRO 2019 e 30 de JUNHO 2019

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Nota	junho 2020	dezembro 2019	junho 2019
ATIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	24	67 753 392	73 612 630	204 793 309
Ativos financeiros detidos para negociação	25	27 750	1 181 377	1 479 347
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	26	886 474 685	992 810 056	917 225 061
Ativos disponíveis para venda	27	3 755 811 455	3 894 002 611	3 436 923 667
Empréstimos e contas a receber	28	79 974 097	116 924 898	133 005 793
Outros depósitos		79 930 263	116 878 417	132 957 417
Empréstimos concedidos		43 834	46 481	48 376
Terrenos e edifícios	29	49 979 843	49 979 843	58 069 194
Outros ativos tangíveis	30	368 268	288 918	292 541
Outros ativos intangíveis	31	61 909	56 479	481 740
Provisões técnicas de resseguro cedido	32	4 623 406	6 979 212	7 072 633
Provisão para prêmios não adquiridos		6 632	4 539	6 370
Provisão matemática do ramo vida		971 444	1 066 418	1 107 568
Provisão para sinistros		3 329 695	5 903 222	5 714 228
Provisão para participação nos resultados		315 635	5 033	244 467
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	15	1 609 400	1 593 986	1 937 661
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	33	24 004 586	25 374 278	32 556 877
Contas a receber por operações de seguro direto		798 616	987 545	799 601
Contas a receber por outras operações de resseguro		97 599	362 111	6
Contas a receber por outras operações		23 108 371	24 024 622	31 757 270
Ativos por impostos	34	53 078 072	24 436 355	42 918 088
Ativos por impostos correntes		2 080 745	2 107 185	8 180 757
Ativos por impostos diferidos		50 997 327	22 329 170	34 737 331
Acréscimos e diferimentos	35	352 220	315 234	372 386
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	36	210 800	210 800	535 639 282
TOTAL ATIVO		4 924 329 883	5 187 766 676	5 372 767 579

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS
EM 30 DE JUNHO DE 2018, 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 30 DE JUNHO 2017

Valores em euros				
Demonstração da posição financeira	Nota	junho 2020	dezembro 2019	junho 2019
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	32	1 847 875 010	1 844 230 565	1 664 091 002
Provisão para prémios não adquiridos		3 147 684	3 002 027	3 332 012
Provisão matemática do ramo vida		1 658 698 070	1 640 681 347	1 460 782 881
Provisão para sinistros do ramo vida		41 609 901	42 930 771	39 166 306
Provisão para participação nos resultados		13 277 804	24 265 424	23 242 659
Provisão para compromissos de taxa		131 141 551	133 350 996	137 567 144
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	37	2 595 745 076	2 755 480 977	2 806 336 295
Outros passivos financeiros	38	196 051 076	203 891 366	377 161 736
Passivos subordinados		90 067 485	90 073 500	90 069 575
Depósitos recebidos de resseguradores		7 954	7 954	7 954
Outros		105 975 637	113 809 912	287 084 207
Outros credores por operações de seguros e outras operações	39	19 234 481	29 592 955	26 322 907
Contas a pagar por operações de seguro directo		11 300 262	20 251 079	11 692 411
Contas a pagar por outras operações de resseguro		6 561 404	6 827 656	6 615 170
Contas a pagar por outras operações		1 372 815	2 514 220	8 015 326
Passivos por impostos correntes	34	778 320	1 671 787	1 764 115
Acréscimos e diferimentos	40	33 184 365	29 778 455	30 288 153
Outras Provisões	41	25 491 719	24 722 920	7 074 414
Passivos de um grupo para alienação classificados como detidos para venda	36	-	-	68 486 774
TOTAL PASSIVO		4 718 360 047	4 889 369 024	4 981 525 396
CAPITAL PRÓPRIO	42			
Capital		50 000 000	50 000 000	50 000 000
Reservas de reavaliação		17 450 762	73 944 935	96 846 442
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		17 450 762	73 695 466	97 661 849
De diferenças de câmbio		-	249 469	(815 407)
Reserva por impostos		(4 050 443)	(18 447 996)	(25 805 498)
Outras reservas		284 185 448	284 185 448	284 542 426
Resultados transitados		(91 284 734)	6 761 065	6 761 065
Resultado do exercício		(50 331 197)	(98 045 800)	(21 102 252)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		205 969 836	298 397 652	391 242 183
Interesses não controlados		-	-	-
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		205 969 836	298 397 652	391 242 183
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		4 924 329 883	5 187 766 676	5 372 767 579

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

2.4 – Demonstração de variações do Capital Próprio (nota 43)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DEZEMBRO DE 2019

									(Valores em euros)		Valores em euros	
	Notas	Capital	Reserva de reavaliação	Reservas por impostos diferidos e correntes	Outras reservas		Resultados transitados	Resultados do exercício	Total de Capital Próprio	Interesses não controlados		
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva Legal	Outras reservas				Outros	Total de Capital Próprio e interesses não controlados	
Balanço a 1 de Janeiro de 2019	43	50 000 000	30 696 202	(8 472 168)	50 000 000	285 507 198	9 393 516	(53 597 222)	363 527 526	1 509 719	365 037 245	
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	28	-	140 905 698	-	-	-	-	-	140 905 698	-	140 905 698	
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio de ativos financeiros disponíveis para venda	28	-	256 867	-	-	-	-	-	256 867	-	256 867	
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	35	-	-	(17 333 330)	-	-	-	-	(17 333 330)	-	(17 333 330)	
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	15, 33	-	(75 012 325)	-	-	(50 964 772)	(5 469 571)	56 434 343	(75 012 325)	-	(75 012 325)	
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultado	43	-	-	-	-	-	2 837 121	(2 837 121)	-	-	-	
Total da variação do capital próprio	-	-	66 150 240	(17 333 330)	-	(50 964 772)	(2 632 450)	53 597 222	48 816 910	(1 509 719)	47 307 191	
Resultado líquido do exercício	43	-	-	-	-	-	-	(21 102 252)	(21 102 252)	-	(21 102 252)	
Balanço a 30 de Junho de 2019	43	50 000 000	96 846 442	(25 805 498)	50 000 000	234 542 426	6 761 066	(21 102 252)	391 242 184	-	391 242 184	
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	28	-	(24 879 330)	-	-	-	-	-	(24 879 330)	-	(24 879 330)	
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio de ativos financeiros disponíveis para venda	28	-	1 064 876	-	-	-	-	-	1 064 876	-	1 064 876	
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	35	-	-	7 357 502	-	-	-	-	7 357 502	-	7 357 502	
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	15, 33	-	912 947	-	-	(356 978)	-	-	555 969	-	555 969	
Total da variação do capital próprio	-	-	(22 901 507)	7 357 502	-	(356 978)	-	-	(15 900 983)	-	(15 900 983)	
Resultado líquido do exercício	43	-	-	-	-	-	-	(76 943 548)	(76 943 548)	-	(76 943 548)	
Balanço a 31 de Dezembro de 2019	43	50 000 000	73 944 935	(18 447 996)	50 000 000	234 185 448	6 761 066	(98 045 800)	298 397 653	-	298 397 653	
Ganhos líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	28	-	(106 937 013)	-	-	-	-	-	(106 937 013)	-	(106 937 013)	
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio de ativos financeiros disponíveis para venda	28	-	(249 469)	-	-	-	-	-	(249 469)	-	(249 469)	
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	35	-	-	14 397 553	-	-	-	-	14 397 553	-	14 397 553	
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow accounting/remensurações atuariais)	-	-	50 692 309	-	-	-	-	-	50 692 309	-	50 692 309	
Aumento/diminuição de reservas por aplicação de resultados	15, 33	-	-	-	-	-	(98 045 800)	98 045 800	-	-	-	
Total da variação do capital próprio	-	-	(56 494 173)	14 397 553	-	-	-	(98 045 800)	(42 096 620)	-	(42 096 620)	
Resultado líquido do exercício	43	-	-	-	-	-	-	(50 331 197)	(50 331 197)	-	(50 331 197)	
Balanço a 30 de Junho de 2020	43	50 000 000	17 450 762	(4 050 443)	50 000 000	234 185 448	(91 284 734)	(50 331 197)	205 969 836	-	205 969 836	

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

2.5 – Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO 2020, 30 DE JUNHO 2019 E ANO 2019

	Notas	jun/2020	dez/2019	jun/2019
Valores em euros				
FLUXOS DE ATIVIDADE OPERACIONAL				
A Recebimentos				
Operações de Seguro		119 647 624	503 936 312	244 233 686
Operações de Resseguro		90 201	526 185	439 897
Operações com contratos de investimento		27 844 783	57 241 851	33 547 573
Outras Atividades Operacionais		5 962	7 632	3 028
B Pagamentos				
Operações de Seguro		(87 789 352)	(138 357 718)	(36 405 365)
Operações de Resseguro		(21 168 541)	(36 203 519)	(18 655 769)
Operações com contratos de investimento		(212 400 584)	(295 486 816)	(153 261 632)
Comissões pagas		(18 314 601)	(18 220 803)	(16 896 915)
Participação nos Resultados	33	(43 726)	(3 246 709)	(2 299 902)
Outras Atividades Operacionais		(21 852)	(90 949)	(52 986)
C Pagamentos ao Pessoal		(718 612)	(1 461 575)	(741 697)
D Pagamentos a Fornecedores		(1 988 018)	(7 149 567)	(4 550 394)
E Outros pagamentos e recebimentos		107 241	801 236	485 326
F Impostos e Taxas		(2 319 458)	(7 661 273)	(4 091 313)
G Impostos sobre o rendimento		(482 131)	8 302 265	7 175 397
Fluxos de Atividade Operacionais (1)		(197 551 064)	62 936 552	48 928 934
FLUXOS DE ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
H Recebimentos				
Alienação/reembolso de Investimentos		2 567 475 293	2 176 519 791	576 868 573
Reembolso de depósitos		4 955 705 027	30 320 887 549	11 893 319 314
Dividendos		529 728	3 373 088	2 515 996
Juros		19 524 676	67 498 709	26 717 195
Outros Rendimentos		5 371 820	8 432 429	3 103 160
I Pagamentos				
Aquisição de Investimentos		(2 342 038 231)	(2 303 015 439)	(610 892 601)
Constituição de depósitos		(5 013 617 614)	(30 421 373 698)	(11 898 382 280)
Aquisição de Imobilizado		(98 856)	(18 878)	(5 377)
Despesas de gestão, manutenção e outras		(39 014)	(4 052 643)	(946 473)
Fluxos de Atividade de Investimento (2)		192 812 829	(151 749 092)	(7 702 493)
FLUXOS DE ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
K Pagamentos				
Juros sobre Empréstimos		(1 121 003)	(2 299 371)	(1 157 673)
Fluxos de Atividade de Financiamento (3)		(1 121 003)	(2 299 371)	(1 157 673)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		(5 859 238)	(91 111 911)	40 068 768
L Caixa e seus equivalentes no início do exercício		73 612 630	164 724 541	164 724 541
M Caixa e seus equivalentes no final do exercício		67 753 392	73 612 630	204 793 309

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

2.6 - Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA

No dia 9 de março de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi alterada a designação da Companhia de GNB – Companhia de Seguros de Vida, S.A., para GamaLife – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (adiante também referida como GamaLife, GNB Vida, ou Companhia).

No dia 14 de Outubro de 2019, após a conclusão de todas as autorizações legais aplicáveis, a totalidade do capital social da Companhia foi vendido pelo então acionista, NOVO BANCO, à GBIG Portugal, S.A., conforme comunicado ao mercado.

A Companhia emitiu em 2002 dívida subordinada no montante de 90 milhões de euros que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon (nota 39).

De acordo com a IFRS 10 o perímetro de consolidação do Grupo até setembro de 2019 incluía as seguintes entidades de finalidade especial, incluindo Fundos de Investimento:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico
NB - OPPORTUNITY FUND	2006	2015	Luxemburgo	Fundo de investimento	61,67%
NB Património	1992	2015	Portugal	Fundo de investimento	54,74%
FUNGERE - Fundo Gestão Património Imobiliário	1997	2013	Portugal	Fundo de investimento	53,94%
PORTUCALE	2000	2000	Portugal	Sociedade imobiliária	53,94%

Durante o mês de outubro de 2019, foram alienados os Fundos de Investimento Imobiliário (ver nota 35), deixando a Companhia de consolidar o NB Património, o Fungere e o Portucale.

A partir de novembro de 2019, a Companhia reduziu a sua participação no NB-Opportunity Fund, deixando de ter controlo sobre o fundo e consequentemente deixado de consolidar este Fundo.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas ao abrigo dos regulamentos da União Europeia (UE), em conformidade com o Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, e emendas subsequentes. No âmbito destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou todas as normas e interpretações emitidas pelo IASB e aprovadas pela UE, que são obrigatórias em 30 de junho de 2020. As demonstrações financeiras foram preparadas a partir de e para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2019. A moeda de apresentação da Companhia é o Euro (Euro).

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas principalmente para a utilização do "ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões".

Como consequência, e porque o Plano de Contas Português para as Companhias de Seguros ("PCES") segue os princípios IFRS, os itens apresentados na demonstração da posição financeira consolidada são ordenados de acordo com o PCES, emitido pelo regulador e aprovado pela Norma Regulamentar no. 3/2018-R, de 29 de Março.

A fim de cumprir o requisito da IAS 1, tal como exigido nas IFRS adotadas pela UE, na apresentação da demonstração da posição financeira consolidada, a categorização dos ativos e passivos correntes / não correntes é a seguinte:

	Corrente	Não Corrente	Total
ATIVO			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	67 753 392		67 753 392
Ativos financeiros detidos para negociação	27 750		27 750
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		886 474 685	886 474 685
Ativos disponíveis para venda		3 755 811 455	3 755 811 455
Empréstimos e contas a receber		79 974 097	79 974 097
Terrenos e edifícios		49 979 843	49 979 843
Outros ativos tangíveis		368 268	368 268
Outros ativos intangíveis		61 909	61 909
Provisões técnicas de resseguro cedido		4 623 406	4 623 406
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		1 609 400	1 609 400
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	24 004 586		24 004 586
Ativos por impostos	2 080 745	50 997 327	53 078 072
Acréscimos e diferimentos	352 220		352 220
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		210 800	210 800
Total Ativo	94 218 693	4 830 111 190	4 924 329 883
PASSIVO			
Provisões técnicas		1 847 875 010	1 847 875 010
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		2 595 745 076	2 595 745 076
Outros passivos financeiros		196 051 076	196 051 076
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19 234 481		19 234 481
Passivos por impostos correntes	778 320		778 320
Acréscimos e diferimentos	33 184 365		33 184 365
Outras Provisões		25 491 719	25 491 719
Total Passivo	53 197 166	4 665 162 881	4 718 360 047

As políticas contabilísticas descritas abaixo foram aplicadas de forma consistente para os anos apresentados nas demonstrações financeiras e o Grupo prepara as demonstrações financeiras de acordo com o princípio contabilístico da continuidade dos negócios.

As demonstrações financeiras são expressas em euros e preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados pelo justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para

negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial pelo justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda, propriedades de investimento e passivos financeiros associados a contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro. Os restantes ativos e passivos são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) exige que o Grupo faça julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de receitas, despesas, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos baseiam-se nas informações mais recentes disponíveis e apoiam os juízos sobre os valores dos ativos e passivos cuja avaliação não é apoiada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A nota 3 identifica as principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas numa reunião do Conselho de Administração em 24 de agosto de 2020.

2.2. Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Companhia e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis à Companhia referentes às participações financeiras em empresas associadas.

À data de 30 de junho de 2020 a Companhia não tem qualquer subsidiária sendo os ativos e os passivos iguais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas, relativamente a todos os períodos cobertos nas demonstrações financeiras.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Empresa tem controlo. A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

As subsidiárias são consolidadas pelo método integral a partir da data em que o controlo é transferido para a Companhia, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método da compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da Companhia nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados quando ocorrem em resultados do exercício.

Quando à data de aquisição do controlo a Companhia já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de Capital próprio.

Os pagamentos contingentes a serem transferidos pela Companhia são reconhecidos ao justo valor à data de aquisição. Alterações subsequentes ao justo valor dos pagamentos são reconhecidas de acordo com a IAS 39, quer em resultados do exercício, ou em outros rendimentos integrais.

Pagamentos contingentes classificados e reconhecidos como componentes de capitais próprios não são remensurados, sendo a sua liquidação futura concretizada e contabilizada em capitais próprios.

As perdas acumuladas de uma subsidiária que excedam o valor do interesse não controlado na subsidiária são atribuídas ao Interesse não controlado.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as entidades consolidadas.

Estas participações, nas contas individuais, encontram-se registadas em ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por ganhos e perdas.

Entidades estruturadas

A Companhia consolida pelo método integral determinadas entidades estruturadas, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que a Companhia exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na IFRS 10, quando tiver de consolidar ativos ou fundos nas suas demonstrações financeiras, ou seja:

- Poder sobre a investida;
- Exposição ou direito sobre retornos variáveis resultantes do envolvimento com a investida;
- Possibilidade de utilizar seus poderes sobre a investida de forma a alterar os retornos atribuídos à Companhia.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Companhia, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

Interesses não controlados versus passivos financeiros

Aquando da consolidação de fundos de investimento imobiliários/mobiliários pela Companhia, a percentagem detida por outros participantes nos respetivos fundos é registada como um passivo financeiro ou como interesses não controlados caso estes detenham ou não um direito atual de resgatar as respetivas unidades de

participação. A percentagem detida por participantes (terceiros) é reconhecida como um passivo financeiro, quando existe a obrigação contratual do emitente reembolsar os detentores das unidades de participação, sempre que estes o solicitem (resgates), e reconhecida como interesses não controlados quando não existe esse direito.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados exceto quando relacionadas com operações que qualificam como coberturas de fluxos de caixa, e/ou coberturas de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras, sendo diferidas em outros rendimentos integrais.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Segue abaixo tabela resumo do câmbio usado para registar os principais ativos financeiros expressos em moeda estrangeira:

	30 de junho 2020		31 de dezembro 2019	
	Cambio		Cambio	
	Final	Médio	Final	Médio
EUR/USD	1,1198	1,1020	1,1234	1,1195
EUR/GBP	0,9124	0,8746	0,8508	0,8778

Fonte: Banco de Portugal

2.4. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("*trade date*"), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("*discounted cash flows*") e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia são considerados, para efeitos contabilísticos, como derivados de negociação classificados na linha ativos financeiros detidos para negociação.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Outros ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias da IAS39:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Companhia designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos financeiros detidos até à maturidade*

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que a Companhia tem intenção e capacidade financeira de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através dos resultados ou como disponíveis para venda.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os investimentos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

- *Empréstimos concedidos e contas a receber*

Esta categoria inclui empréstimos e outros valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) de ativos financeiros detidos até à maturidade e, (iv) empréstimos e contas a receber são reconhecidos na data da negociação (*“trade date”*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Os “Empréstimos concedidos e contas a receber” são reconhecidos ao justo valor no momento inicial e são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, sendo deduzidas quaisquer perdas de imparidade. Para efeitos de contas consolidadas, esta rubrica está valorizada ao justo valor por ganhos e perdas.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são mensurados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV (“*Net Asset Value*”) divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados

na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Transferências entre categorias de ativos financeiros

A IAS 39 permite que uma entidade transfira “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação” para as carteiras de “Ativos financeiros disponíveis para venda”, “Empréstimos concedidos e contas a receber” ou para “Investimentos financeiros detidos até à maturidade”, desde que esses ativos financeiros obedeçam às seguintes características:

- Se o ativo financeiro, na data da reclassificação deixar de ser detido para efeitos de venda ou recompra no curto prazo;
- O ativo financeiro corresponde à definição de empréstimos concedidos e contas a receber e a Companhia tem a capacidade e intenção de deter os instrumentos no futuro previsível, ou até à maturidade;
- quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de “Ativos financeiros disponíveis para venda” para as categorias de “Empréstimos concedidos e contas a receber” e “Investimentos financeiros detidos até à maturidade” são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os instrumentos de capital cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos financeiros detidos até à maturidade e empréstimos concedidos e contas a receber, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos financeiros detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda que correspondem a instrumentos de dívida, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda

de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, a Companhia elegeu como critérios de imparidade o declínio de 30% do valor de mercado face ao valor de aquisição, ou uma desvalorização continuada por um período superior a 12 meses. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada aumentando as reservas de reavaliação por ajustamento no justo valor de ativos financeiros quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Companhia, ou da contraparte.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor, ou os passivos financeiros que para evitar o “*accounting mismatch*” são registados ao justo valor.

2.7. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de depreciação que refletem a vida útil esperada dos bens:

	Números de anos
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8 a 10
instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8
Material de transporte	4
Outros	5

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.8. Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados, na rubrica de “Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”. As propriedades de investimento não são depreciadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

As transferências de propriedade de investimentos são realizadas ao justo valor, nas datas em que ocorrem.

2.9. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja exetável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os gastos de desenvolvimento de ativos intangíveis Companhia são capitalizados quando:

- (i) a sua conclusão técnica é viável, de modo a que o intangível venha a estar disponível para uso;
- (ii) quando a Gestão tenciona completar o projeto;
- (iii) quando a forma como o intangível vai gerar benefícios económicos futuros seja demonstrável;
- (iv) quando existem recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento e utilização futura do intangível; e
- (v) as despesas incorridas durante a fase de desenvolvimento do intangível forem fiavelmente mensuráveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis são registados como gastos quando incorridos. Tais gastos não são reconhecidos como ativos em períodos subsequentes.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.10. Locações

De acordo com a IFRS 16 as locações de todos os ativos, com algumas exceções, é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requiere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses).

Quanto à materialidade, as *basis for conclusion* (BC84-BC86) referem a possibilidade de não adoção da norma se estas tiverem um efeito muito reduzido nas demonstrações financeiras, ainda que cumpram os requisitos individuais.

Adicionalmente, a norma prevê no seu capítulo C, a possibilidade de não aplicação a contratos em curso na data de transição, que ao abrigo da IAS17, não tenham sido identificadas como tendo uma locação - C 3 b)

Com base nas exceções enumeradas acima, a Companhia não tem registado qualquer ativo ao abrigo da IFRS16.

A Companhia classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – *Locações*. “São classificadas como locações

financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais”.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.11. Benefícios concedidos aos empregados

Pensões

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente por atuários independentes por recurso ao método de unidade de crédito projetada, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Das alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2016 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procede à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A Companhia não aderiu ao novo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

Plano de benefício definido

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de emitentes com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano e denominadas na moeda de cálculo das responsabilidades. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento real dos ativos do fundo e os valores incluídos no juro líquido, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio em “outros rendimentos integrais”.

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 29 de março de 2005.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

De acordo com o CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, passaram a beneficiar de um plano individual de reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela segurança social.

Este plano é alimentado por contribuições do empregador que vão sendo feitas em percentagem crescente, sendo de 1% em 2012 até atingirem, em 2019, 3,25% do ordenado base anual do trabalhador. Tem capital garantido. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos legais, pelo trabalhador na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela segurança social, devendo pelo menos 2/3 ser convertido em renda vitalícia imediata mensal.

Para dar cumprimento ao atrás referido, a Companhia constituiu, com efeitos a 1 de janeiro de 2012, um seguro de vida de contribuição definida e com Capital Garantido para os seus colaboradores do quadro efetivo e que dele faziam parte em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia não tem responsabilidades legais ou construtivas com pagamentos adicionais para o plano de contribuição definida, para além dos referidos e durante o período de prestação de serviço pelo empregado.

Prémio de permanência (benefício de médio/longo prazo)

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

Adicionalmente, a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

2.12. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro e a Companhia não controla a tempestividade da reversão das diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal, durante um período de quatro anos.

Os impostos diferidos que de acordo com as projeções financeiras da Companhia, não sejam recuperáveis, não são reconhecidos.

2.13. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

A respetiva mensuração é efetuada com base nos processos e a avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos Advogados que acompanham o processo, quer se trate de processos judiciais quer se trate de provisões gerais.

2.14. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

2.15. Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu recebimento.

2.16. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia cujo risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação discricionária nos resultados atribuída aos

segurados, é considerado como um contrato de seguro e reconhecido e mensurado de acordo com a IFRS 4. Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da Companhia.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e ainda não reportados é efetuada com base na experiência histórica utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para sinistros são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos contratos de resseguro cedido, as provisões matemáticas são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão matemática de seguro direto.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Nos contratos de resseguro cedido, as provisões para participação nos resultados são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

Provisão para participação nos resultados a atribuir ("Shadow accounting")

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros disponíveis para venda afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (nota 32).

Provisão para compromissos de taxa ("Liability adequacy test")

À data do balanço, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada nos Capitais próprios ("Shadow adjustment") até à concorrência das mais-valias potenciais dos investimentos afetos ao produto, sendo o remanescente reconhecido em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

Nos contratos de resseguro cedido as provisões para prémio não adquiridos são registadas como proveito no exercício a que respeitam da mesma forma que a provisão para sinistros de seguro direto.

2.17. Reporte por segmentos

Os segmentos operacionais correspondem a componentes da Companhia:

- a) Que prosseguem atividades de negócio das quais podem obter rendimentos e incorrer em gastos (incluindo rendimentos e gastos com transações com outros componentes da mesma Companhia);
- b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisão, de maneira a tomar decisões acerca dos recursos a serem alocados ao segmento e avaliar a sua *performance*; e
- c) Para os quais existe informação financeira discreta disponível.

‘Os segmentos operacionais da Companhia são apresentados de forma consistente com o reporte apresentado internamente ao Conselho de Administração, sendo este responsável pela alocação de recursos e avaliação de performance dos segmentos operacionais.

2.18. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário da casa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia não detinha ações próprias ou outros instrumentos de capital ou dívida suscetíveis de originar o efeito de diluição.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam as disponibilidades e depósitos à ordem, e para os quais se estima um risco insignificante de perda de valor.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda que se estima realizar nos próximos 12 meses, o ativo se encontrar em condição imediata de venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, aquando do reconhecimento inicial dos ativos não correntes detidos para venda, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor líquido contabilístico inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

NOTA 3 - PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das estimativas e julgamentos analisados de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1 Estimativas

3.1.1. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição. Relativamente aos instrumentos de dívida os critérios de imparidade têm em consideração a deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, nomeadamente (i) dificuldades financeiras significativas do emitente, (ii) *default* no pagamento dos juros ou do principal, (iii) probabilidade elevada de falência ou (iv) desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

3.1.2. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.1.3. Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm o direito de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Seguradora, durante um período de quatro ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está dependente da existência de lucros tributáveis futuros, sendo que a estimativa destes resulta de determinados pressupostos e julgamentos efetuados pela Companhia.

3.1.4. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões, sendo que as variáveis mais sensíveis, no apuramento das responsabilidades com planos de pensões são, entre outras, a taxa de desconto e idade de reforma.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.1.5. Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística “provisões técnicas”. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para

participação nos resultados, (3) provisão para sinistros, (4) provisão para compromisso de taxa e (5) provisão para prêmios não adquiridos.

Quando existem sinistros declarados pelos tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia reconhece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prêmios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é igual à usada nos cálculos das responsabilidades com as pensões de reforma.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

A atividade da Companhia encontra-se organizada de acordo com os seguintes segmentos operacionais:

- (i) Produtos tradicionais – produtos com o objetivo de cobrir o risco de morte e de longevidade;
- (ii) Produtos de capitalização com participação nos resultados – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos com uma taxa de rendimento garantida e com uma participação nos resultados atribuída aos clientes dependente, principalmente, da rentabilidade financeira dos ativos;
- (iii) Produtos de capitalização sem participação nos resultados e *Unit Linked* – produtos de investimento, alguns dos quais comercializados ao abrigo da legislação de complementos de reforma (PPR). São produtos sem participação nos resultados atribuída a clientes e/ou em que o risco do investimento é assumido pelo tomador de seguro; e
- (iv) Outros produtos e serviços – inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos ativos totais ou do resultado líquido do exercício, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

Não existem transferências entre segmentos, com exceção de alguns produtos em que a transferência esteja contratualmente definida.

O reporte por segmentos das contas consolidadas é apresentado como segue:

Conta de Ganhos e Perdas

Período findo em 30 de junho 2020					
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	10 871 836	87 341 355	-	-	98 213 191
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	5 175 916	-	5 175 916
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1 158 161)	(77 772 176)	-	-	(78 930 337)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(81 804)	(36 835 735)	-	-	(36 917 539)
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	(94 974)	(18 016 722)	-	-	(18 111 696)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(371 635)	(249 797)	-	-	(621 432)
Custos e gastos de exploração líquidos	(6 813 850)	(2 038 437)	(4 032 100)	-	(12 884 387)
Rendimentos	6 907 512	10 272 330	9 622 491	1 805 860	28 608 193
Gastos financeiro	(2 367 709)	(1 073 328)	(2 921 645)	(20 467)	(6 383 149)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(14 957 845)	(1 214 205)	(20 142 693)	(1 870 991)	(38 185 734)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	826 539	606 705	(6 999 623)	302 004	(5 264 375)
Diferenças de câmbio	(955 710)	(591 401)	1 658 659	121 026	232 574
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	67	(58 840)	(58 773)
Outras provisões (variação)	-	-	-	(768 799)	(768 799)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	733 529	733 529
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(8 195 801)	(39 571 411)	(17 638 928)	243 322	(65 162 818)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(1 285)	(6 201)	(2 765)	38	(10 213)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	1 866 720	9 012 998	4 017 537	(55 421)	14 841 834
Resultado líquido do exercício	(6 330 366)	(30 564 614)	(13 624 156)	187 939	(50 331 197)

Período findo em 30 de junho 2019					
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	20 015 696	236 469 521	-	-	256 485 217
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contábilísticos como contrato de investimentos ou como contratos de prestação de serviços	-	-	8 483 178	-	8 483 178
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(2 613 333)	(61 213 441)	-	-	(63 826 774)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(1 062 868)	(38 344 324)	-	-	(39 407 192)
Provisão matemática do ramos vida, líquida de resseguro	(169 371)	(193 843 618)	-	-	(194 012 989)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1 852 521)	-	-	-	(1 852 521)
Custos e gastos de exploração líquidos	(2 958 897)	(1 894 613)	(8 850 094)	-	(13 703 604)
Rendimentos	3 906 505	11 330 832	15 549 674	636 684	31 423 695
Gastos financeiro	-	16 138 486	-	-	16 138 486
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(94 716)	95 693	(35 741 238)	-	(35 740 261)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	123	118 938	(4 749 550)	-	(4 630 489)
Diferenças de câmbio	(16 473)	51 600	1 052 482	-	1 087 609
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidade descontinuadas	-	8 419 816	-	-	8 419 816
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(2 043 268)	(4 629 150)	1 138 860	-	(5 533 558)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(55 802)	-	-	-	(55 802)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	6 183 130	6 183 130
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	(3 764 653)	-	(3 764 653)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	13 055 075	(27 300 260)	(26 881 341)	6 819 814	(34 306 712)
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(5 114)	10 694	10 530	(2 672)	13 439
Impostos sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(5 355 396)	11 198 995	11 027 147	(2 797 595)	14 073 151
Resultado líquido do exercício	7 694 565	(16 090 571)	(15 843 663)	4 019 548	(20 220 122)
Interesses não controlados	-	-	(882 130)	-	(882 130)
Resultado líquido do exercício	7 694 565	(16 090 571)	(16 725 793)	4 019 548	(21 102 252)

Balanço*

Período findo em 30 de junho 2020					
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	949 230	438 422	58 237 020	8 128 720	67 753 392
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(101)	-	(699 351)	(44 272)	(743 724)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1 179 425	-	844 342 621	40 952 639	886 474 685
Ativos financeiros disponíveis para venda	635 235 385	1 472 396 914	1 645 424 727	2 754 429	3 755 811 455
Empréstimos concedidos e contas a receber	13 753 818	8 500 020	56 037 177	1 683 082	79 974 097
Terrenos e Edifícios	-	-	-	49 979 843	49 979 843
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	210 800	210 800
PASSIVO					
Provisões Técnicas	43 864 537	1 803 822 400	188 073	-	1 847 875 010
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	2 595 745 076	-	2 595 745 076
31 de dezembro 2019					
	Tradicionais	Capitalização com participação nos resultados	Capitalização sem participação nos resultados	Outros	Total
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	497 966	187 583	54 673 121	18 253 960	73 612 630
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(5 141)	(34 314)	1 035 912	111 913	1 108 370
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3 337 984	7 683 559	941 604 943	40 183 570	992 810 056
Ativos financeiros disponíveis para venda	700 745 583	1 461 207 747	1 729 569 310	2 479 971	3 894 002 611
Empréstimos concedidos e contas a receber	20 518 617	48 453 020	46 854 841	1 098 420	116 924 898
Terrenos e Edifícios	-	-	-	49 979 843	49 979 843
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	210 800	210 800
PASSIVO					
Provisões Técnicas	48 102 063	1 794 719 333	2 559 014	(1 149 845)	1 844 230 565
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	2 755 419 290	61 687	2 755 480 977

*Apenas as rubricas afetas aos segmentos de negócio

A afetação dos investimentos e outros ativos e passivos é analisada como segue:

Período findo em 30 de junho 2020					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de	Não afetos	Total
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	438 422	891 055	62 622 593	3 801 322	67 753 392
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(743 724)	-	(743 724)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	886 474 685	-	886 474 685
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 472 396 914	635 235 384	1 645 424 728	2 754 429	3 755 811 455
Empréstimos concedidos e contas a receber	8 500 020	13 753 818	57 676 425	43 834	79 974 097
Terrenos e Edifícios	-	-	-	49 979 843	49 979 843
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	210 800	210 800
Total	1 481 335 356	649 880 257	2 651 454 707	56 790 228	4 839 460 548
31 de dezembro 2019					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de	Não afetos	Total
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	249 251	436 297	54 673 122	18 253 960	73 612 630
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(39 454)	-	1 035 911	111 913	1 108 370
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	9 719 729	1 301 814	941 604 943	40 183 570	992 810 056
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 659 312 309	502 641 022	1 729 569 309	2 479 971	3 894 002 611
Empréstimos concedidos e contas a receber	56 379 430	12 592 207	46 854 841	1 098 420	116 924 898
Terrenos e Edifícios	-	-	-	49 979 843	49 979 843
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	210 800	210 800
Total	1 202 034 316	496 433 065	3 173 682 271	62 577 633	4 934 727 285

NOTA 5 - PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prêmios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

	junho 2020	junho 2019
Prêmios brutos emitidos	115 931 788	275 481 835
Prêmios de resseguro cedido	(17 575 034)	(18 831 198)
Prêmios líquidos de resseguro	98 356 754	256 650 637
Variação da provisão para prêmios não adquiridos, líquida de resseguro	(143 563)	(165 420)
Prêmios líquidos de resseguro	98 213 191	256 485 217

Os prêmios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros, definido pela IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prêmios.

NOTA 6 - COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços são analisadas como segue:

	junho 2020	junho 2019
Comissões de subscrição	26 966	58 146
Comissões de gestão	4 832 919	8 004 406
Comissões de resgate	316 031	420 626
	5 175 916	8 483 178

As comissões acima referidas são relativas às comissões de subscrição, resgate e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

NOTA 7 - CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	junho 2020	junho 2019
Seguro direto		
Montantes pagos	(84 701 014)	(70 724 562)
Custos imputados à função sinistros (Nota 14)	(357 822)	(302 238)
Variação da provisão para sinistros	1 320 869	1 000 486
	(83 737 967)	(70 026 314)
Resseguro cedido		
Montantes pagos	7 381 157	6 100 670
Variação da provisão para sinistros	(2 573 527)	98 870
	4 807 630	6 199 540
	(78 930 337)	(63 826 774)

NOTA 8 - OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das outras provisões técnicas líquidas de resseguro diz respeito a produtos de Rendas e PPR sendo analisada como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Provisão para compromissos de taxa	(36 917 539)	(39 407 192)

NOTA 9 - PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica “Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro” inclui a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (Nota 33).

NOTA 10 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de “Participação nos resultados líquida de resseguro” diz respeito ao acréscimo de responsabilidades da Companhia relativa aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro do ramo vida e contratos de investimento com participação nos resultados (Nota 33).

NOTA 11 - CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Custos de aquisição		
Comissões de resgate	(20 049)	(19 988)
Comissões de subscrição	(2 139 470)	(2 059 162)
Comissões financeiras	(5 943 419)	(7 699 489)
Outros	(1 239 392)	(1 024 077)
Custos imputados à função aquisição (nota 14)	(941 877)	(719 031)
	<u>(10 284 207)</u>	<u>(11 521 747)</u>
Gastos administrativos		
Custos imputados à função administrativa (nota 14)	(2 596 405)	(2 084 954)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões de resseguros cedido	(314 377)	(336 337)
Participação nos resultados de resseguro	310 602	239 434
	<u>(2 600 180)</u>	<u>(2 181 857)</u>
	<u>(12 884 387)</u>	<u>(13 703 604)</u>

NOTA 12 - RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria dos ativos financeiros são analisados como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	22 085 214	23 601 335
de terrenos e edifícios	1 535 560	1 490 396
de empréstimos concedidos e contas a receber	(25 115)	62 199
de depósitos em instituições de crédito	(5 650)	26 748
	<u>23 590 009</u>	<u>25 180 678</u>
Rendimentos de outros ativos		
de ativos ao justo valor através de resultados	5 018 184	6 243 017
	<u>5 018 184</u>	<u>6 243 017</u>
	<u>28 608 193</u>	<u>31 423 695</u>

NOTA 13 - OUTROS GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de “Outros Gastos financeiros” inclui os custos imputados à função investimentos (Nota 14).

NOTA 14 - CUSTOS POR NATUREZA IMPUTADOS

Os custos por natureza imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e gestão de investimentos resumem-se como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Custos com sinistros (Nota 7)	357 822	283 929
Custos de aquisição (Nota 11)	941 877	719 031
Custos administrativos (Nota 11)	2 596 405	2 084 954
Custos de gestão de investimentos	6 383 149	5 350 711
Variação das provisões para impostos e outras contingências	768 798	(21 489 197)
	<u>11 048 051</u>	<u>(13 050 572)</u>

A sua desagregação por natureza é analisada como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Custos com pessoal (i)	1 535 134	1 459 731
Fornecimentos e serviços externos (ii)	3 505 470	2 349 701
Impostos e taxas (iii)	115 051	200 926
Depreciações e amortizações do exercício (ver notas 30, 31 e 32) (iv)	25 399	18 964
Outras provisões (v)	768 798	(21 470 776)
Juros suportados (vi)	1 114 989	1 151 078
Comissões (vii)	3 983 210	3 239 804
	<u>11 048 051</u>	<u>(13 050 572)</u>

(i) Os “Custos com o pessoal” desagregam-se como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Remunerações dos órgãos sociais	(13 455)	99 983
Remunerações do pessoal	1 192 409	1 055 758
Encargos sobre remunerações	264 887	259 269
Benefícios pós emprego	8 791	2 479
Seguros obrigatórios	20 933	(11 511)
Custos de acção social	54 592	38 402
Outros custos com o pessoal	6 977	15 351
	<u>1 535 134</u>	<u>1 459 731</u>

A rubrica “Remunerações dos órgãos sociais” inclui, em junho de 2020, anulação de acréscimos, constituídos em 2019, relativo ao subsídio de férias de membros do Conselho de Administração por término do mandato.

Em 30 de junho de 2020 e 2019 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros do Conselho de Administração.

Em 30 de junho de 2020 e 2019, por categoria profissional, de acordo com a classificação do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, o número médio de colaboradores do quadro permanente da Companhia analisa-se como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Diretor	9	6
Técnico	27	24
Coordenador Operacional	2	2
Gestor Operacional	2	2
Gestor Técnico	4	4
Especialista Operacional	15	15
Auxiliar Geral	1	1
	<u>60</u>	<u>54</u>

(ii) Os “Fornecimentos e serviços externos” são detalhados da seguinte forma:

	junho 2020	junho 2019
Artigos para oferta	78 534	(3 015)
Conservação e reparação	985 852	594 053
Rendas e alugueres	121 802	115 555
Comunicação	321 365	254 700
Seguros	93 271	131 590
Trabalhos especializados	1 145 862	783 571
Quotizações	265 285	60 258
Outros fornecimentos e serviços	493 499	412 989
	3 505 470	2 349 701

A rubrica “Conservação e reparação”, em junho de 2019, inclui a anulação de um acréscimo, no montante de 179 milhares de euros, relativo a obras não realizadas num edifício de rendimento. Por outro lado, em junho de 2020 esta rubrica inclui 719 milhares de euros relativos a equipamento informático e 107 milhares de euros referentes a instalações anteriores.

A rubrica “Trabalhos especializados” inclui, os honorários pagos à Ernest & Young, SROC, S.A., nossos revisores oficiais de contas. Esta rubrica inclui ainda 573 milhares de euros referentes a consultorias diversas.

A rubrica “Quotizações”, inclui em 2020, a contribuição da GamaLife para o Fundo Solidário das Empresas de Seguros, com o objetivo de apoiar pessoas especialmente expostas à doença COVID-19.

(iii) Os “Impostos e taxas” dizem respeito a taxas para entidades públicas relativas à atividade da empresa de seguros.

(iv) Amortizações - ver nota 31 e 32.

(v) As “Outras provisões”, em junho de 2020 incluem a reversão de provisões relativas a contingências fiscais (731 milhares de euros) (ver nota 22). Em junho de 2019 esta rubrica incluía a anulação de provisões para contingências fiscais no montante de 21.489 milhares de euros por serem consideradas não mais necessárias pela anterior Administração. Para efeitos de ganhos e perdas esta anulação foi registada em “Custos de gestão de investimentos”. No entanto, a nova Administração, procedeu a uma revisão da avaliação do risco de provisionamento fiscal pouco depois da conclusão da aquisição da Sociedade. Para o exercício de 2019, foi solicitado um aconselhamento a advogados fiscais e especialistas em fiscalidade externos. Na sequência desta avaliação de risco, a Administração optou por constituir integralmente as provisões acima referidas para 31 de Dezembro de 2019, mantendo a mesma avaliação de risco nas contas de junho de 2020.

(vi) Os “Juros suportados” dizem respeito aos custos incorridos com os títulos de dívida subordinada emitidos pela Companhia.

(vii) A rubrica de “Comissões” é referente a comissões de custódia de títulos e outros gastos associados à gestão de investimentos.

NOTA 15 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2019.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2019 e 2018, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2019		2018	
	Empregados	Administração	Empregados	Administração
Pressupostos financeiros				
Taxa de evolução salarial	0,25%	0,50%	0,50%	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,50%	0,50%	0,75%
Taxas de rendimento do fundo	0,50%	1,35%	1,00%	2,10%
Taxa de desconto	0,50%	1,35%	1,00%	2,10%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação				
Tábua de mortalidade		GKF 95		GKF 95
Tábua de invalidez		Suisse Re 2001		Suisse Re 2001
Taxa de pré-reforma				
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method			

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.11, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* de elevada qualidade e tem por base a *duration* das responsabilidades, obrigações essas denominadas na moeda de pagamento dos benefícios do plano. A diminuição da taxa de desconto em 2019 resulta da descida generalizada das taxas de juro de mercado.

Plano de benefício definido

A 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	(Valores em euros)	
	30/06/2020	31/12/2019
Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades no final do período	(14 885 449)	(14 738 204)
Saldo do fundo no final do período	16 494 849	16 332 190
Ativos/(passivos) a receber/entregar ao fundo	1 609 400	1 593 986
Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço	1 609 400	1 593 986

A Companhia não utiliza ativos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos pela Companhia.

Durante 2019, os fundos de pensões da Companhia (administradores e trabalhadores) foram autonomizados deixando de estar juntos com outras empresas que já não são do Grupo NB.

Neste âmbito, os investimentos dos Fundos foram direcionados para unidades de participação geridos pela GNB Fundo Pensões designado Fundo Multireforma.

Em novembro de 2017, foi interposta uma ação judicial pela GNB Fundos de Pensões no sentido de clarificar a aplicação prática do regime previsto no art.º 402.º do Código das Sociedades Comerciais no Fundo de Pensões dos Administradores.

Por razões de prudência e meramente seguindo as políticas contabilísticas do grupo NB, as responsabilidades, do Fundo de Pensões dos Administradores foram calculadas sem a aplicação do referido limite.

NOTA 16 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	junho 2020			junho 2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicas	32 223 699	(45 496)	32 178 203	725 062	-	725 062
De outros emissores	6 916 852	(11 090 735)	(4 173 883)	589 752	(11 793)	577 959
Ações	11 924 849	(27 379 697)	(15 454 848)	176 357	-	176 357
Outros títulos de rendimento variável	256 015	(17 090 740)	(16 834 725)	-	(473 758)	(473 758)
	51 321 415	(55 606 668)	(4 285 253)	1 491 171	(485 551)	1 005 620

Os ganhos líquidos de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

NOTA 17 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação são analisados como segue:

	junho 2020			junho 2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio	3 133 723	(7 888 910)	(4 755 187)	3 018 235	(5 004 367)	(1 986 132)
Contratos sobre ações/índices	62 120 607	(57 706 134)	4 414 473	32 615 067	(26 988 466)	5 626 601
Contratos sobre créditos	-	(23)	(23)	120	-	120
	65 254 330	(65 595 067)	(340 737)	35 633 422	(31 992 833)	3 640 589

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	junho 2020			junho 2019		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 946 365	(3 589 873)	(643 508)	3 089 752	(744 292)	2 345 460
De outros emissores	3 864 674	(15 518 847)	(11 654 173)	16 708 542	(3 053 653)	13 654 889
Ações	2 178 228	(3 001 056)	(822 828)	3 670 760	(1 590 744)	2 080 016
Outros títulos de rendimento variável	19 769 731	(32 841 284)	(13 071 553)	60 979 862	(15 578 378)	45 401 484
	28 758 998	(54 951 060)	(26 192 062)	84 448 916	(20 967 067)	63 481 849
Passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas						
	97 792 520	(76 524 096)	21 268 424	15 138 634	(86 891 561)	(71 752 927)
	126 551 518	(131 475 156)	(4 923 638)	99 587 550	(107 858 628)	(8 271 078)

NOTA 18 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3 e é analisada como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Diferenças de cambio de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
de ativos disponíveis para venda	(1 073 994)	64 859
de empréstimos concedidos e contas a receber	(272 296)	15 819
de depósitos em instituições de crédito	<u>2 726 738</u>	<u>(82 679)</u>
	<u>1 380 448</u>	<u>(2 001)</u>
Diferenças de cambio de outros ativos		
de ativos detidos para negociação	13 986	10 717
de ativos ao justo valor através de resultados	<u>(1 161 860)</u>	<u>1 078 893</u>
	<u>(1 147 874)</u>	<u>1 089 610</u>
	<u>232 574</u>	<u>1 087 609</u>

NOTA 19 - GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas correspondem a valias registadas através da alienação e reavaliação de imóveis (nota 30).

NOTA 20 - PERDAS DE IMPARIDADE LÍQUIDAS DE REVERSÃO

As perdas de imparidade líquidas de reversão de ativos financeiros, são analisadas como segue (nota 28):

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Ativos disponíveis para venda		
Ações	-	(4 254 880)
Outros títulos de rendimento variável	-	(1 278 678)
	<u>-</u>	<u>(5 533 558)</u>

NOTA 21 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos e gastos técnicos líquidos de resseguros são analisados da seguinte forma:

	<u>junho 2020</u>	<u>junho 2019</u>
Outros ganhos técnicos	113	2 717
Outras perdas técnicas		
Fundos Pensões	-	(309)
Outros	<u>(58 886)</u>	<u>(58 210)</u>
	<u>(58 773)</u>	<u>(55 802)</u>

NOTA 22 - OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

As outras provisões (variação) dizem respeito à constituição de provisões para outros riscos e encargos no valor de 1.500 milhares de euros e à reversão de provisões para contingências fiscais no montante 731 milhares de euros, na sequência de uma decisão favorável do Tribunal Arbitral (ver nota 42).

NOTA 23 - OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Os outros rendimentos e gastos são analisados da seguinte forma:

	junho 2020	junho 2019
Ajustamento provisão recibos por cobrar	(29 687)	-
Outros proveitos/(custos)	763 216	6 183 130
	733 529	6 183 130

A rubrica outros proveitos/(custos) incluía em junho de 2019, o montante de 6.079 milhares de euros referentes a juros compensatórios a receber da Autoridade Tributária, na sequência da decisão da anterior Administração de anular as provisões para contingências fiscais (nota 14-v).

NOTA 24 - GANHOS E PERDAS DE ATIVOS NÃO CORRENTES CLASSIFICADOS COMO DETIDOS PARA VENDA (consolidado)

A rubrica de “Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda” diz respeito ao registo dos ganhos/perdas relativos a valorizações/desvalorizações do justo valor dos imóveis classificados como detidos para venda.

NOTA 25 - CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é analisado como segue:

	junho 2020	dezembro 2019
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Caixa	210	210
Depósitos à ordem	67 753 182	73 612 420
	67 753 392	73 612 630

A exposição em moeda estrangeira está detalhada na nota 45.

NOTA 26 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são analisados da seguinte forma:

	junho 2020				dezembro 2019			
	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor	Nocional	Ativo	Passivo	Justo Valor
Contratos sobre taxas de câmbio								
Forward								
Compra	618 429	5 697	-	5 697	873 467	2 424	-	2 424
Vendas	(182 633 198)	21 754	(771 474)	(749 720)	157 873 345	620 819	(73 007)	547 812
Futuros	(16 113 474)	-	-	-	166 167 015	-	-	-
	(198 128 243)	27 451	(771 474)	(744 023)	324 913 827	623 243	(73 007)	550 236
Contratos sobre ações/índices								
Equity/Index Options	-	-	-	-	31 829 250	557 813	-	557 813
Contratos sobre créditos								
Créditos Default Swaps	2	299	-	299	126 000	321	-	321
	2	299	-	299	126 000	321	-	321
	(198 128 241)	27 750	(771 474)	(743 724)	356 869 077	1 181 377	(73 007)	1 108 370

A Companhia optou por registrar os instrumentos financeiros detidos para negociação com justo valor negativo na rubrica “Outros passivos financeiros” (nota 39).

A variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontra-se explicada na nota 17.

NOTA 27 - ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é analisado como segue:

	junho 2020	dezembro 2019
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	87 486 333	98 302 670
De outros emissores	291 280 638	343 985 594
Ações	13 592 761	13 011 088
Outros títulos de rendimento variável	494 114 953	537 510 704
Valor de balanço	886 474 685	992 810 056
Valor de aquisição	848 043 570	965 131 784

Para entendimento dos ganhos líquidos associados a estes Ativos ver adicionalmente a nota 17.

NOTA 28 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é analisado como segue:

	Custo	Reserva de justo valor		Imparidade ⁽²⁾	Justo Valor	Juro decorrido	Valor de Balanço
	Amortizado ⁽¹⁾	Positiva	Negativa				
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	2 188 578 657	81 992 641	(2 051 500)	-	2 268 519 798	19 707 562	2 288 227 360
De outros emissores	1 415 149 406	46 464 302	(341 223)	(13 562 237)	1 447 710 248	9 172 302	1 456 882 550
Ações	85 614 073	17 161 141	(253 104)	(16 710 118)	85 811 992	-	85 811 992
Outros títulos de rendimento variável	58 702 485	5 321 735	-	(943 511)	63 080 709	-	63 080 709
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3 748 044 621	150 939 819	(2 645 827)	(31 215 866)	3 865 122 747	28 879 864	3 894 002 611
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo							
De emissores públicos	2 426 608 949	44 038 261	(110 058)	-	2 470 537 152	7 398 000	2 477 935 152
De outros emissores	1 283 131 319	21 427 017	(25 087 225)	(13 562 237)	1 265 908 874	9 054 820	1 274 963 694
Ações	2 820	155 385	-	-	158 205	-	158 205
Outros títulos de rendimento variável	3 013 784	684 131	-	(943 511)	2 754 404	-	2 754 404
Saldo em 30 de junho de 2020	3 712 756 872	66 304 794	(25 197 283)	(14 505 748)	3 739 358 635	16 452 820	3 755 811 455

(1) Ou custo de aquisição no caso de ações e outros títulos de rendimento variável

(2) Ver adicionalmente a nota 20

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2019	34 755 686
Dotações/utilizações do exercício	6 041 855
Vendas no exercício	(9 581 675)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	31 215 866
Correção saldo de dezembro	882 401
	32 098 267
Vendas no exercício	(17 592 519)
Saldo em 30 de junho de 2020	14 505 748

NOTA 29 - EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica de “Outros depósitos” é analisada como segue:

	junho 2020	dezembro 2019
Depósitos a prazo - Capital	57 500 000	97 950 000
Outros depósitos - Capital	22 430 263	18 928 417
	79 930 263	116 878 417

NOTA 30 - TERRENOS E EDIFÍCIOS

O movimento registado em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 em terrenos e edifícios pode ser analisado como segue:

	dezembro 2019	Imparidades/Valias Potenciais	junho 2020
De rendimento	49 979 843	-	49 979 843

	dezembro 2018	Imparidades/Valias Potenciais	dezembro 2019
De rendimento	49 649 378	330 465	49 979 843

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados anualmente por peritos independentes. Em 2019, o resultado das avaliações traduziu-se num aumento de 330 milhares de euros, tendo sido reconhecido nos resultados do exercício (nota 19).

Relativamente aos imóveis com obras em curso, é efetuada pela entidade gestora do parque imobiliário da Companhia uma análise com o objetivo de determinar se ocorreram alterações significativas nos pressupostos de avaliação.

As avaliações foram realizadas com utilização dos Métodos comparativo, rendimento e custo. Para as propriedades de investimento foram utilizados, preferencialmente, os métodos do rendimento e comparativo que permitem equilibrar uma lógica de mercado com base essencialmente em rendas potenciais e yields de mercado com uma lógica associada ao rendimento a ser atualmente gerado em cada ativo e o risco associado a uma potencial desocupação. As *cap rates* utilizadas em cada imóvel são *cap rates* de mercado para cada tipo de ativo ou zona refletindo o risco de mercado. As *discount rates* consideram essencialmente o nível de risco do inquilino/contrato de arrendamento e o desfasamento face à renda de mercado.

Os custos suportados relativos a imóveis de rendimento ascenderam a 126 milhares de Euros, sendo o rendimento de rendas de 1.536 milhares de Euros (notas 12 e 37).

Os imóveis de rendimento estão valorizados ao justo valor e estão considerados na hierarquia de justo valor nível 3.

NOTA 31 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é analisado como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>dezembro 2019</u>
Equipamento		
Equipamento informático	4 366 313	4 267 457
Mobiliário e material	652 248	652 248
Instalações interiores	1 919 154	1 919 154
Máquinas e ferramentas	426 644	426 644
Outros	260 488	260 488
	7 624 847	7 525 991
Depreciação acumulada	(7 256 579)	(7 237 073)
	368 268	288 918

Durante os exercícios de 2020 e 2019 não foram registadas quaisquer perdas por imparidade nos ativos tangíveis.

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos tangíveis é analisado como segue:

Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2019	296 164
Depreciações do exercício	(7 246)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2019	288 918
Adições	98 856
Depreciações do exercício	(19 506)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2020	368 268

NOTA 32 - OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é analisado como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>dezembro 2019</u>
Software	9 673 676	9 662 353
Amortizações acumuladas	(9 611 767)	(9 605 874)
	61 909	56 479

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:

Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2019	496 222
Adições	15 594
Abates	(424 653)
Amortizações do exercício	(30 684)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2019	56 479
Adições	11 323
Amortizações do exercício	(5 893)
Saldo líquido a 30 de Junho de 2020	61 909

NOTA 33 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRETO E RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas da seguinte forma:

	junho 2020			dezembro 2019		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	3 147 684	(6 632)	3 141 052	3 002 027	(4 539)	2 997 488
Provisão matemática do ramo vida (i)	1 658 698 070	(971 444)	1 657 726 626	1 640 681 347	(1 066 418)	1 639 614 929
Provisão para sinistros (ii)	41 609 901	(3 329 695)	38 280 206	42 930 771	(5 903 222)	37 027 549
Provisão para participação nos resultados (iii)	13 277 804	(315 635)	12 962 169	24 265 424	(5 033)	24 260 391
Provisão para compromissos de taxa (iv)	131 141 551	-	131 141 551	133 350 996	-	133 350 996
	1 847 875 010	(4 623 406)	1 843 251 604	1 844 230 565	(6 979 212)	1 837 251 353

(i) A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

	junho 2020			dezembro 2019		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	18 698 407	(971 444)	17 726 963	23 643 841	(1 066 418)	22 577 423
Capitalização com participação nos resultados	1 639 999 662	-	1 639 999 662	1 617 037 505	-	1 617 037 505
	1 658 698 069	(971 444)	1 657 726 625	1 640 681 346	(1 066 418)	1 639 614 928
Custos de aquisição diferidos	1	-	1	1	-	1
	1 658 698 070	(971 444)	1 657 726 626	1 640 681 347	(1 066 418)	1 639 614 929

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação discricionária nos resultados, são classificados como contratos de investimento. Nessa base, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (Nota 38).

(ii) A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

	junho 2020			dezembro 2019		
	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro Direto e Resseguro Aceite	Resseguro cedido	Total
Tradicionais	8 729 382	(3 329 695)	5 399 687	14 141 574	(5 903 222)	8 238 352
Capitalização com participação nos resultados	32 880 519	-	32 880 519	28 789 197	-	28 789 197
	41 609 901	(3 329 695)	38 280 206	42 930 771	(5 903 222)	37 027 549

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 491 milhares de euros (2019: 558 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite, são apresentados como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2019	40 161 773
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	125 852 208
Anos anteriores	14 922 976
Montantes pagos	
Próprio ano	(112 419 929)
Anos anteriores	(25 586 257)
Saldo a 31 de Dezembro 2019	42 930 771
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	78 190 401
Anos anteriores	5 189 743
Montantes pagos	
Próprio ano	(66 240 293)
Anos anteriores	(18 460 721)
Saldo a 30 de Junho 2020	41 609 901

- (iii) A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite para os exercícios findos em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro 2019	12 100 592
Montantes pagos	(3 246 709)
Participação nos resultados atribuída	2 441 079
Participação nos resultados a atribuir	14 170 946
Participação nos resultados distribuída	(1 200 484)
Saldo a 31 de Dezembro 2019	24 265 424
Montantes pagos	(43 726)
Participação nos resultados atribuída	621 432
Participação nos resultados a atribuir	(11 565 326)
Saldo a 30 de Junho 2020	13 277 804

A provisão para participação nos resultados deverá incluir o ajustamento relativo ao *shadow accounting* (participação nos resultados a atribuir), o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos ativos afetos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expetável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas, no momento em que as mesmas se tornem efetivas, de acordo com os respetivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 30 de junho de 2020 o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* é de 2.789 milhares de euros, (em 2019, 14.355 milhares de euros)

Em 30 de junho de 2020, a provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação de responsabilidades (LAT). Este teste foi efetuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (Nota 2.16).

NOTA 34 - OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 é analisado como segue:

	junho 2020	dezembro 2019
Contas a receber por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	801 510	969 554
Mediadores	16 033	22 434
Co-seguradores	15 203	-
	832 746	991 988
Contas a receber por operações de resseguro		
Resseguradores	97 599	362 111
	97 599	362 111
Contas a receber por outras operações		
Imposto a recuperar	20 976 751	23 454 721
Outros devedores	2 131 620	569 901
	23 108 371	24 024 622
	24 038 716	25 378 721
Ajustamentos de recibos por cobrar	(34 130)	(4 443)
	24 004 586	25 374 278

Os saldos de devedores por operações de seguro direto, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses com exceção das operações relativas a valores a receber da Administração Fiscal cuja maturidade é indefinida.

A rubrica “Imposto a recuperar” diz respeito a valores a receber da Administração Fiscal referente a montantes já pagos relativamente a correções efetuadas pela AT e para a qual a Companhia impugnou judicialmente tendo provisões constituídas para o efeito.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia tem provisões para contingências fiscais no montante de 20.977 milhares de euros (nota 42). Destes, 21.807 milhares de euros estão registados na rubrica “Imposto a recuperar” e dizem respeito a exercícios já inspecionados e para os quais a Companhia apresentou impugnação judicial respeitando, essencialmente, a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, também denominados “Unit linked”, por a Administração Tributária considerar que estes rendimentos não afetam a base tributável da seguradora. O restante diz respeito à eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em carteiras tradicionais por a Autoridade Tributária considerar que a Companhia não apresentou declaração da entidade que distribuiu os lucros que prove que a mesma cumpre as condições estabelecidas no artigo a 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de julho de 1990.

A rubrica de outros devedores inclui valores a receber de inquilinos no montante de 181 milhares de euros.

A variação dos ajustamentos de recibos por cobrar é analisada como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2019	224 612
Dotações/(utilizações)	(220 169)
Saldo a 31 de Dezembro 2019	4 443
Dotações/(utilizações)	29 687
Saldo a 30 de Junho 2020	34 130

NOTA 35 - ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

O cálculo do imposto corrente em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, mais derrama municipal de 1,5% e mais derrama estadual cuja taxa poderá ir até 9%, consoante o lucro tributável.

Os ativos e passivos por impostos correntes reconhecidos no balanço em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 podem ser analisados como segue:

	Ativos		Passivos	
	junho 2020	dezembro 2019	junho 2020	dezembro 2019
Impostos sobre rendimentos	1 986 267	1 114 201	-	-
Outros impostos e taxas	94 478	992 984	778 320	1 671 787
Total	2 080 745	2 107 185	778 320	1 671 787

Os movimentos na rubrica do ativo “Impostos sobre o rendimento” são analisados da seguinte forma:

Saldo a 1 de janeiro de 2019	7 606 588
Montantes registados nos resultados	(191 108)
Montantes registados nas reservas	159 154
Pagamentos / Recebimentos	(7 210 397)
Dotação do ano	749 964
Saldo a 31 de dezembro 2019	1 114 201
Montantes registados nos resultados	(10 213)
Pagamentos / Recebimentos	(1 479 460)
Retenções de IRC efetuadas por terceiros	2 361 739
Saldo a 30 de junho 2020	1 986 267

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 podem ser analisados da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	junho 2020	dezembro 2019	junho 2020	dezembro 2019	junho 2020	dezembro 2019
Imóveis	-	-	(57 467)	(57 468)	(57 467)	(57 468)
Prejuízos fiscais	48 518 017	33 146 002	-	-	48 518 017	33 146 002
Pensões	376 260	414 536	-	-	376 260	414 536
Investimentos Financeiros	5 011 882	6 962 046	(3 821 144)	(18 495 703)	1 190 738	(11 533 657)
Outros	969 779	359 757	-	-	969 779	359 757
Imposto diferido ativo/(passivo)	54 875 938	40 882 341	(3 878 611)	(18 553 171)	50 997 327	22 329 170
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(3 878 611)	(18 553 171)	3 878 611	18 553 171	-	-
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	50 997 327	22 329 170	-	-	50 997 327	22 329 170

A natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos desagregam-se como segue:

	junho 2020	dezembro 2019
Diferenças temporárias	2 479 310	(10 816 832)
Prejuízos fiscais	48 518 017	33 146 002
	50 997 327	22 329 170

O movimento do imposto diferido de balanço em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 explica-se como segue:

	junho 2020		dezembro 2019	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Ativos financeiros	(1 181 344)	14 103 112	(58 823 228)	(7 352 161)
Pensões	(38 276)	-	(99 376)	-
Prejuízos fiscais	15 649 219	(277 204)	53 573 188	(2 782 589)
Ajustamentos de transição	1	-	(556)	-
Imóveis	(32 569)	-	(3 530)	-
Outros	444 803	415	171 630	(232)
	14 841 834	13 826 323	(5 181 872)	(10 134 982)

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019 explica-se como segue:

	junho 2020	junho 2019
Imposto corrente	(10 213)	13 439
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(846 685)	2 849 749
Prejuízos reportáveis	15 688 519	11 223 402
	14 841 834	14 073 151
Total do imposto registado em resultados	14 831 621	14 086 590

O movimento do imposto sobre o rendimento reportado em reservas 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019 explica-se como segue:

	junho 2020	junho 2019
Imposto corrente	-	(318 545)
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	14 397 553	(17 014 785)
Total do imposto registado em reservas	14 397 553	(17 333 330)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	junho 2020		junho 2019	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de impostos		(65 162 818)		(34 306 712)
Taxa de imposto estatutária	21,0%		21,0%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		13 684 192		7 204 410
Reversão de provisões não tributadas		153 452		4 512 731
Diferenças temporárias (diferença de taxa)		(344 151)		-
Transferências de IDA por prejuízos fiscais entre P&L e OCI		736 301		2 183 468
Dividendos excluídos de tributação		19 719		246 607
Processos de anos anteriores ganhos em tribunal		571 230		-
Tributações autónomas		(10 213)		(10 068)
Outros		21 091		(50 558)
		14 831 621		14 086 590

O contrato de venda da Companhia previa a venda ao Novo Banco dos Fundos Imobiliários: FUNGERE, FUNGEPI NB, FUNGEPI NB II, NB PATRIMÓNIO, ARRÁBIDA detidos pela Companhia, ao preço da última unidade de participação conhecido à data de conclusão da transação. Por este motivo, a Companhia reconheceu, no apuramento de imposto de 2019, as imparidades ainda não tributadas que a preços de 30 de setembro de 2019 ascendiam a -186,1 milhões de euros. A respetiva valia contabilística em 2019 foi de 2,7 milhões.

Porque os prejuízos fiscais de 2019, de acordo com as projeções financeiras da Companhia, não serão totalmente utilizados nos cinco anos subsequentes, procedemos à anulação ou não reconhecimento de 42,5

milhões de euros de impostos diferidos. Caso esta venda não ocorresse, a estimativa de perda por não utilização de reportes teria sido nula.

Esta operação de venda não terá qualquer impacto nas apólices de clientes, dado estar afeta a carteiras em que o rendimento se reflete em exclusivo nos resultados da Companhia, não afetando por isso a carteira “Unit Linked” nem apólices em que o cliente participe nos resultados financeiros da carteira de investimentos.

NOTA 36 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 é analisado como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>dezembro 2019</u>
Gastos diferidos	352 220	315 234

Os gastos diferidos correspondem ao diferimento de ofertas relacionadas com a comercialização de um produto.

NOTA 37 - ATIVOS/PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 o saldo de 210.800€ registados nesta conta dizem respeito a imóveis que a Companhia detém com o objetivo de venda.

NOTA 38 - PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento são analisados como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>dezembro 2019</u>
Contratos de taxa fixa	1 639 621 852	1 733 707 270
Contratos de seguros em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (Unit Linked)	956 123 224	1 021 773 707
Total	<u>2 595 745 076</u>	<u>2 755 480 977</u>

A maturidade destes passivos encontra-se divulgada na nota 45.

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento com taxa fixa, mensurados ao custo amortizado, é analisada como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2019	1 789 406 033
Prêmios recebidos	10 152 056
Benefícios pagos	(135 795 176)
Juro técnico do exercício	68 671 183
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	1 273 174
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	1 733 707 270
Prêmios recebidos	2 151 608
Benefícios pagos	(128 123 637)
Juro técnico do exercício	31 449 471
Custos de aquisição diferidos IAS39 (valor acumulado)	437 140
Saldo a 30 de Junho de 2020	1 639 621 852

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro, mensurados ao justo valor, é analisado como segue:

Saldo em 1 de Janeiro 2019	1 032 551 359
Novos e entregas adicionais	46 050 452
Benefícios pagos	(147 061 064)
Transferências	(2 561 652)
Rendimento	107 554 880
Encargos gestão	(14 760 268)
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	1 021 773 707
Novos e entregas adicionais	25 050 569
Benefícios pagos	(60 650 392)
Rendimento	(25 217 741)
Encargos gestão	(4 832 919)
Saldo a 30 de Junho de 2020	956 123 224

NOTA 39 - OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

As principais características dos passivos subordinados em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 são apresentadas como seguem:

Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	junho 2020		Taxa de juro atual	Maturidade
					Juro decorrido	Valor de Balanço		
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45 000 000	45 000 000	24 805	45 024 805	1,804%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45 000 000	45 000 000	42 680	45 042 680	3,104%	Perpétuas
Total			90 000 000	90 000 000	67 485	90 067 485		

Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de emissão	Capital	dezembro 2019		Taxa de juro atual	Maturidade
					Juro decorrido	Valor de Balanço		
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45 000 000	45 000 000	27 000	45 027 000	1,800%	2022
GNB Seguros Vida (*)	Empréstimos subordinados	2002	45 000 000	45 000 000	46 500	45 046 500	3,100%	Perpétuas
Total			90 000 000	90 000 000	73 500	90 073 500		

Estes empréstimos vencem juros trimestralmente à taxa Euribor 3 meses + 2,2% e Euribor 3 meses + 3,5% respetivamente para a emissão com vencimento em 2022 e para as perpétuas.

(*) A emissão ainda se encontra designada pela denominação social à data da emissão (Tranquilidade Vida)

Em 30 de junho de 2020 a taxa de juro do cupão em causa era de 1,804% para as obrigações que vencem em 2022 e 3,104% para as perpétuas.

A rubrica “Outros passivos financeiros - outros” é representada da seguinte forma:

	<u>junho 2020</u>	<u>dezembro 2019</u>
Outros Passivos Financeiros - Outros		
Contratos de investimento	105 204 163	113 736 905
Derivados (nota 25)	771 474	73 007
	<u>105 975 637</u>	<u>113 809 912</u>

(*) A rubrica de “Contratos de investimento” respeita a passivos associados a “contratos de investimento em que a responsabilidade é do tomador do seguro” comercializados pela T-Vida, Companhia de Seguros, sendo os ativos financeiros afetos a estes produtos geridos pela Companhia. A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	Unit Linked	Taxa Fixa	Total
Saldo em 1 de Janeiro 2019	24 191 640	93 059 467	117 251 107
Novos e entregas adicionais	283 016	187 939	470 955
Benefícios pagos	(4 321 100)	(5 064 704)	(9 385 804)
Rendimento/Juro técnico do exercício	2 121 712	3 278 935	5 400 647
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	22 275 268	91 461 637	113 736 905
Novos e entregas adicionais	74 780	1 400 048	1 474 828
Benefícios pagos	(2 159 759)	(8 801 534)	(10 961 293)
Rendimento/Juro técnico do exercício	(881 357)	1 835 082	953 725
Saldo a 30 de Junho de 2020	19 308 932	85 895 233	105 204 165

NOTA 40 - OUTROS CREDITORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 é analisado como segue:

	<u>junho 2020</u>	<u>dezembro 2019</u>
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	319 893	330 765
Mediadores	10 980 370	19 920 314
	<u>11 300 263</u>	<u>20 251 079</u>
Contas a pagar por operações de resseguro		
Resseguradores	6 561 404	6 827 656
	<u>6 561 404</u>	<u>6 827 656</u>
Contas a pagar por outras operações		
Fornecedores	99 784	224 794
Outros credores	1 273 030	2 289 426
	<u>1 372 814</u>	<u>2 514 220</u>
	<u>19 234 481</u>	<u>29 592 955</u>

Os saldos de “Outros credores por operações de seguro e outras operações” têm uma maturidade inferior a 3 meses.

A rubrica “Contas a pagar por operações de seguro direto – mediadores” corresponde a comissões a pagar pela comercialização dos produtos da Companhia ao Novo Banco, S.A., Novo Banco dos Açores, S.A., e Banco BEST, S.A.

NOTA 41 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)

A rubrica “Acréscimos e diferimentos” em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019 é analisada como segue:

	junho 2020	dezembro 2019
Rendimentos diferidos	88 975	88 975
Outros acréscimos de gastos	33 095 390	29 689 480
	33 184 365	29 778 455

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” inclui 23.665 milhares de euros relativos a despesas a pagar resultantes do contrato de resseguro cedido decorrente da celebração do tratado de resseguro mediante o qual a Companhia ressegura toda a carteira de seguro vida risco individual a 100%, englobando todas as apólices em vigor com referência a 30 de junho de 2013 (26.747 milhares de euros em 2019).

Esta rubrica inclui ainda os montantes de 371 milhares de euros (2019: 373 milhares de euros) relativo a férias e respetivos encargos vencidos no exercício.

NOTA 42 - OUTRAS PROVISÕES

O saldo desta rubrica em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é analisado como segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2019	28 607 905
Dotações	1 042 715
Utilização	(4 927 700)
Saldo a 31 de Dezembro de 2019	24 722 920
Dotações	1 500 003
Utilização	(731 204)
Saldo a 30 de Junho de 2020	25 491 719

O saldo da rubrica de “Outras provisões” em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é analisada como segue:

	2020	2019
Provisão para Impostos	22 660 900	23 392 105
Outras provisões	2 830 819	1 330 815
	25 491 719	24 722 920

A provisão para impostos, inclui em junho de 2020, um total de 16,4 milhões de euros referentes a dois temas específicos:

1. A eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em seguros e operações do ramo vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, também denominados “Unit Linked”, por a Administração Tributária considerar que estes rendimentos não afetam a base tributável da seguradora;
2. A eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos em carteiras tradicionais. Neste caso, a Autoridade Tributária considera que a Companhia não apresentou declaração da entidade que distribuiu os lucros que prove que a mesma cumpre as condições estabelecidas no artigo a 2.º da Diretiva n.º 90/435/CEE, do Conselho, de 23 de julho de 1990.

NOTA 43 - CAPITAL, PRÉMIOS, RESERVAS DE REAValiaÇÃO E OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

Em 14 de outubro de 2019, a totalidade do capital social da Companhia, foi vendido pelo Novo Banco à GBIG Portugal, conforme comunicado ao mercado.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A diferença registada entre as contas individuais e as consolidadas correspondia em 2018 ao valor da reserva de justo valor do Fundo Lusitano Project Finance Nº1 PFC incluído nas contas individuais, que para efeitos de contas consolidadas é eliminado, pois os ativos que compõem este fundo estão classificados em ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas.

Reservas por impostos diferidos

A reserva por impostos diferidos refere-se às diferenças temporárias relativas à valorização das carteiras de investimentos sem participação nos resultados e não afetos. Tendo em conta as expectativas de lucros futuros da Companhia e a data da sua reversibilidade, a taxa de imposto diferido utilizada foi de 27,02%.

A diferença registada entre as contas individuais e as consolidadas corresponde a taxa de imposto diferido aplicado às diferenças temporárias multiplicado pelo montante das reservas de reavaliação.

Resultados transitados

A diferença registada entre as contas individuais e as consolidadas corresponde às variações, líquidas de imposto, ocorridas em 2020 nas reservas de reavaliação.

Resultado líquido

A diferença registada entre as contas individuais e as consolidadas corresponde às variações do ano ocorridas na reserva de justo valor líquidas de imposto.

Outras reservas

Incluída na rubrica “Outras Reservas” temos a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Temos também a Reserva SORIE, líquida de imposto, onde estão contabilizados os ganhos e perdas atuariais relativos ao Plano de Pensões da Companhia, em conformidade com a IAS 19 e ainda as reserva livres (nota 2).

Ao longo dos 1^{os} seis meses do ano de 2020, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados podem ser analisados como segue:

	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2019	30 696 202	(8 472 168)	335 507 198	9 393 514
Alterações de justo valor	117 348 111	(9 975 828)	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	(74 099 378)	-	(51 321 750)	-
Aplicação de resultados	-	-	-	(2 632 450)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	73 944 935	(18 447 996)	284 185 448	6 761 064
Alterações de justo valor	(107 186 482)	14 397 553	-	-
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital (shadow/remensurações atuariais)	50 692 309	-	-	-
Aplicação de resultados	-	-	-	(98 045 800)
Saldo em 30 de junho de 2020	17 450 762	(4 050 443)	284 185 448	(91 284 736)

As reservas de reavaliação explicam-se, em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019, como segue:

	junho 2020	dezembro 2019
Custos amortizados dos ativos financeiros disponíveis para venda	(3 712 756 872)	(3 748 044 621)
Imparidade acumulada reconhecida	14 505 748	31 215 866
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(3 698 251 124)	(3 716 828 755)
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	3 739 358 635	3 865 122 747
Ganhos potenciais na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda	41 107 511	148 293 992
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	41 107 511	148 293 992
Provisão para participação nos resultados a atribuir/LAT	(23 656 749)	(74 349 057)
Saldo	17 450 762	73 944 935

NOTA 44 - GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

Gestão de Risco

O sistema de gestão de riscos implementado na Companhia é transversal a toda a estrutura organizacional, estando devidamente integrado no processo de tomada de decisão e é suportado por um conjunto de políticas, procedimentos, limites e alertas que representam o quadro para a gestão do risco.

Compete ao Conselho de Administração definir o apetite ao risco da empresa, os limites de tolerância face ao risco e aprovar as estratégias e as diferentes políticas de gestão de risco.

Os principais riscos incorridos pela Companhia são de natureza financeira, de subscrição vida e operacionais.

A integração da gestão de riscos na atividade da Companhia e nos processos de tomada de decisão desenrola-se através dos vários Comitês que reúnem periodicamente e que abrangem diversas áreas de atividade, integrando também a gestão de risco inerente a essas atividades.

Em matéria de gestão de riscos assume igualmente relevância o Comité de Risco que deverá reunir trimestralmente, e cuja função é analisar e deliberar sobre aspetos relacionados com a gestão de risco, envolvendo a identificação, avaliação, quantificação e monitorização dos diversos riscos, analisando e propondo políticas, metodologias e procedimentos de controlo e mitigação para apreciação do órgão de administração.

Encontram-se identificadas as seguintes categorias de risco:

A. Risco Estratégico

O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto atual e futuro nos proveitos ou no capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado. Na gestão deste tipo de risco a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do seu órgão de administração, sendo assegurada uma comunicação a toda a estrutura organizacional dos objetivos. As decisões estratégicas devem ser devidamente suportadas e avaliadas de um ponto de vista risco/retorno, levando em consideração a exigência de custos e capital necessário à sua prossecução.

B. Risco de Seguro

O risco específico da atividade seguradora reflete o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros assim como o momento em que ocorrerão. Este risco pode ser decomposto em risco de longevidade, risco de mortalidade, risco de invalidez e risco de descontinuidade.

A Companhia gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de tarifação, de provisionamento e de resseguro.

O Departamento Atuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e diretrizes definidas, bem como envolver outros departamentos relevantes no que respeita às políticas de subscrição, *pricing*, provisionamento e resseguro dos produtos.

B.1. Desenho e Tarifação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Em termos de viabilidade económica do produto a adequabilidade da tarifa é testada, a priori, através de técnicas de projeção realística de cash-flows e a posteriori, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Os produtos antes do seu lançamento são analisados e discutidos em Comité de Novas Atividades e Produtos onde se encontram representados os departamentos da Companhia.

Este comité tem como atribuições a validação de todos os requisitos, procedimentos e processos referentes à implementação e lançamento de novos produtos e atividades.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value*, assim como o cálculo do *Traditional Embedded value* é realizado uma vez por ano pela Companhia.

Risco específico de Seguros

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro.

O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de *cash-flows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	GKM 80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
<i>Seguros em caso de vida</i>		
<u>Rendas</u>		
Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
de Setembro de 2006 até Dezembro 2015	GKF - 3 anos	2%
Após Janeiro 2016	GKF - 3 anos	0%
<u>Outros seguros</u>		
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) No ano de 2019 a taxa técnica foi de 0%.

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os *cash-flows* futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue

	Tábua de mortalidade
Rendas	GRM 95
Planos de poupança reforma	19% GKM 80
Produtos Capitalização	18% GKM 80

B.2. Subscrição

Existem normas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

A Companhia dispõe de normas internas, devidamente aprovadas e divulgadas, referentes ao processo de subscrição e gestão de apólices, segmentando este processo em três grupos de produtos, os produtos financeiros, os produtos de risco associados aos produtos de crédito do distribuidor e os produtos de risco que não estão associados aos produtos de crédito (venda seca).

B.3. Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuariais reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos.

De referir ainda que a Companhia calcula o LAT (*liability adequacy test*) que permite averiguar a adequação das provisões técnicas para os produtos IFRS4.

B.4. Gestão de Sinistros

O risco associado à gestão de processos de sinistros advém da possibilidade de ocorrer um incremento das responsabilidades, por insuficiência ou deficiente qualidade dos dados utilizados no processo de provisionamento, ou um aumento das despesas de gestão e de litígios, devido a uma insuficiente gestão dos referidos processos.

Relativamente a este tipo de risco existem procedimentos claros e controlos na gestão dos processos de sinistros.

A Companhia tem implementado um *workflow* de sinistros, a partir do qual pode monitorizar e identificar as tarefas realizadas, em curso e pendentes, bem como monitorizar o cumprimento dos prazos e os sinistros com resolução morosa.

B.5. Resseguro

A Companhia celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco.

O principal objetivo do resseguro é mitigar grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados, bem como o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Conforme referido nos relatórios anteriores, a Companhia realizou, durante o primeiro semestre de 2013, uma operação de monetização sobre grande parte da sua carteira de produtos de Vida Risco. Essa operação resultou na transferência total dos riscos inerentes dessa carteira para a resseguradora *Munich Reinsurance Company*, uma das maiores resseguradoras mundiais, mantendo, no entanto, a Companhia a gestão dos contratos e o relacionamento com os clientes.

C. Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, *spreads* de risco de crédito, taxas de câmbio e preços de ações e imóveis.

A gestão de risco de mercado é monitorizada pelo Comité Financeiro cujas atribuições são a definição da estratégia de investimento, nomeadamente *asset allocation*, níveis de risco e retorno, limites de exposição aos vários segmentos de risco e aos vários tipos de emitentes e decisões estratégicas pontuais sobre as carteiras; monitorizar a carteira de ativos sob gestão com data de referência ao fim do mês anterior, nível de alocação de ativos, limites de investimento e análise de ALM e emitir recomendações relativamente a temas relacionados com políticas e planos de investimentos, alocação de ativos, gestão de ativos, implementação de estratégias financeiras e respetiva performance. As recomendações emitidas são submetidas para apreciação ao Conselho de Administração.

A Companhia calcula mensalmente indicadores que permitem monitorizar as diversas dimensões do risco de mercado.

C.1. - Risco de variação de preços de mercado de ações, cambial, de taxa de Juro, imobiliário e de spread

Risco de variação de preços no mercado de ações:

A exposição ao mercado acionista, com o objetivo de capturar os prémios de risco historicamente apresentados por estes mercados, tem associado o risco de volatilidade nas valorizações e, consequentemente, nos fundos próprios da Companhia, nos resultados anuais, nos níveis de provisionamento e na participação nos resultados atribuída, em alguns produtos, aos segurados.

Para mitigar estes efeitos, a alocação a estes ativos encontra-se normalmente limitada.

Risco cambial

Os passivos da Companhia, representam responsabilidades em euros, e a maioria dos ativos detidos pela Companhia é em euros. Contudo, com o objetivo de otimizar a relação risco/retorno das suas carteiras, a Companhia assume por vezes risco cambial que, consiste essencialmente, na detenção de ativos em moeda não euro, sem efetuar a respetiva cobertura cambial. Daqui resulta que variações das taxas de câmbio podem afetar negativamente os fundos próprios e resultados anuais da Companhia.

Para mitigar estes efeitos, a alocação ativos não euro sem cobertura cambial encontra-se normalmente limitada.

Risco de variação das taxas de juro:

O risco de taxa de juro corresponde ao risco de alteração da valorização dos instrumentos de taxa (obrigações) derivado de subida ou descida das taxas de juro. Numa seguradora vida que comercializa produtos financeiros este risco está intrinsecamente ligado aos passivos, existindo uma clara interação entre ativos e passivos. Esta interação é desenvolvida no ponto abaixo sobre ALM.

Risco de imobiliário:

A exposição a imobiliário visa a obtenção de níveis de rendimento adicionais, sendo normalmente reconhecida a sua baixa correlação com outras classes de ativos. Tem associado o risco de volatilidade das valorizações e também o risco de crédito dos arrendatários.

A exposição da Companhia ao imobiliário é feita principalmente através de fundos de investimento que agregam um volume significativo e diversificado de imóveis.

Risco de Spread:

O risco de *spread* corresponde ao risco de alteração da valorização dos instrumentos de taxa (obrigações) que deriva da subida ou descida da componente de risco de crédito, incluída na valorização. Em função da perceção pelo mercado de um maior ou menor risco de crédito associado a determinado emitente assim o respetivo *spread* tende a variar conferindo volatilidade aos fundos próprios e resultados da Companhia. Do mesmo modo, maior volatilidade é normalmente associada a menor qualidade creditícia.

Para mitigar estes efeitos, a alocação a ativos com menor qualidade creditícia encontra-se normalmente limitada.

C.2. - Risco de uso de produtos derivados e similares

A utilização de produtos derivados constitui um instrumento útil na gestão das carteiras de investimento que, no entanto, acarreta alguns riscos que deverão ser controlados.

A utilização de derivados é efetuada com o objetivo de cobertura de risco e de gestão eficaz da carteira, neste caso, através da réplica, sem alavancagem dos ativos subjacentes.

Na utilização de derivados de negociação bilateral, fora de mercados organizados, releva igualmente o risco de contraparte, ou seja, o risco de incapacidade de cumprimento da contraparte relativamente aos termos acordados.

Na utilização de derivados para cobertura, principalmente, em mercados organizados, utilizando contratos padronizados, releva também o risco de base, nomeadamente, o risco da correlação entre o instrumento negociado e os ativos objeto de cobertura.

A avaliação de estratégias utilizando derivados é efetuada ao nível do Comité Financeiro, carecendo as estratégias, recomendadas pelo Comité, de aprovação pelo órgão de administração.

C.3. Risco ALM

Ver ponto C. Risco de Mercado.

Conforme referido anteriormente existe nas seguradoras vida que comercializam produtos financeiros uma forte interação entre o ativo e o passivo. Uma descida de taxas de juro afeta adversamente o rendimento obtido na carteira de obrigações com impacto potencial significativo nos resultados se, por exemplo, a carteira existente não tiver um nível de rendimento suficiente para cobrir as garantias de taxa já emitidas. Do mesmo modo, uma subida de taxas pode provocar uma aceleração das taxas de resgate dos clientes forçando a necessidade de vendas de ativos que, em virtude da subida de taxas, apresentam perdas para a seguradora, com impacto direto nos resultados.

Para mitigar estes efeitos, o *gap* de duração entre ativos e passivos, é o indicador, normalmente monitorizado e sujeito a limites.

D. Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de incumprimento de contrapartes relativamente às suas obrigações contratuais.

Na Companhia o risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos, no resseguro e em produtos derivados não negociados em mercados organizados.

A mitigação do risco de crédito é normalmente obtida através do processo de seleção de contrapartes e, pela utilização de limites da exposição a agregados como, por exemplo, uma entidade, grupo, *rating*, setor ou país.

E. Risco de Concentração

O risco de concentração é o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande para ameaçar a situação financeira ou solvência da Companhia. Este risco está intimamente relacionado com outros riscos referenciados como, por exemplo, o risco de crédito.

Daí resulta que, na carteira de investimentos, existam limites de exposição a diversos agregados que visam mitigar o risco de concentração e que incluem limitações ao nível de emitentes, *ratings*, setor e país. Para a Dívida Pública estão igualmente aprovados limites de exposição.

O risco de concentração pode igualmente derivar da política de subscrição, nomeadamente da existência de uma excessiva concentração em clientes específicos ou determinadas zonas geográficas. Neste aspeto, considerando que a principal rede de distribuição da Companhia são os balcões do Novo Banco, SA fortemente dispersos por todo o país e que, os produtos são comercializados transversalmente em todos os segmentos de clientes é convicção da Companhia que existe um elevado grau de diversificação da sua base de clientes.

F. Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade de satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas, sem assumir em perdas significativas na liquidação dos seus ativos.

A mitigação deste risco começa logo na própria seleção dos ativos que compõem as carteiras de investimento, respeitando regras e limitações acima referidos, privilegiando investimentos facilmente liquidáveis (negociados em mercado regulamentado) e assumindo princípios de diversificação.

É igualmente avaliada, numa perspetiva de longo prazo, a adequação dos vencimentos dos ativos com as melhores estimativas de exigibilidade das responsabilidades, identificando gaps de liquidez.

A Companhia calcula igualmente outros indicadores como, por exemplo, o rácio de reatividade que mede o conjunto de ativos facilmente mobilizáveis sem originar perdas significativas (definidos como ativos de maturidade reduzida ou de taxa variável).

É igualmente efetuada regularmente a monitorização do nível de resgates face aos pressupostos incorporados na melhor estimativa do passivo e face, por exemplo, a situações passadas de maior stress.

A maturidade dos ativos e passivos é como segue, não considerando juros vencidos:

	junho 2020						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	67 753 392	-	-	-	-	-	67 753 392
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação (743 724)	(743 724)	-	-	-	-	-	(743 724)
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	23 786 126	115 307 981	102 402 312	90 462 086	46 809 340	507 648 680	886 474 685
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	1 524 943 011	565 358 941	430 524 967	1 075 354 592	156 717 552	2 900 205	3 755 811 455
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	79 974 097	-	-	-	-	-	79 974 097
Provisões técnicas de resseguro cedido	4 623 406	-	-	-	-	-	4 623 406
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	24 004 586	-	-	-	-	-	24 004 586
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Total de Ativos	1 724 340 894	680 666 922	532 927 279	1 165 816 678	203 526 892	510 548 885	4 817 897 897
Provisões Técnicas	265 021 341	157 163 741	216 425 401	931 609 751	267 166 347	10 488 429	1 847 875 010
Passivos financeiros	1 435 522 232	272 896 731	140 303 740	517 239 125	157 778 117	72 005 131	2 595 745 076
Passivos subordinados	-	45 024 805	-	-	-	45 042 680	90 067 485
Outros passivos financeiros	105 975 637	-	-	-	-	7 954	105 983 591
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19 234 481	-	-	-	-	-	19 234 481
Total de Passivos	1 825 753 691	475 085 277	356 729 141	1 448 848 876	424 944 464	127 544 194	4 658 905 643

	dezembro 2019						Total
	Até um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	De cinco a quinze anos	Mais de quinze anos	Sem maturidade	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	73 612 630	-	-	-	-	-	73 612 630
Ativos/(passivos) financeiros detidos para negociação	1 108 370	-	-	-	-	-	1 108 370
A Justo Valor Através de Ganhos e Perdas (FVO)	46 592 850	79 289 526	146 034 082	89 481 206	72 736 825	558 675 567	992 810 056
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (AFS)	585 196 281	1 450 282 332	602 892 147	887 160 639	219 578 262	148 892 950	3 894 002 611
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber	116 924 898	-	-	-	-	-	116 924 898
Provisões técnicas de resseguro cedido	6 979 212	-	-	-	-	-	6 979 212
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	25 374 279	-	-	-	-	-	25 374 279
Ativos/passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	210 800	210 800
Total de Ativos	855 788 520	1 529 571 858	748 926 229	976 641 845	292 315 087	707 779 317	5 111 022 856
Provisões Técnicas	120 835 797	144 588 139	232 416 120	891 599 534	254 243 784	200 547 191	1 844 230 565
Passivos financeiros	1 096 854 247	729 275 661	145 107 210	545 614 297	187 366 607	51 262 955	2 755 480 977
Passivos subordinados	-	45 027 000	-	-	-	45 046 500	90 073 500
Depósitos recebidos de resseguradores e Outros passivos financeiros (excluindo derivados)	113 809 912	-	-	-	-	7 954	113 817 866
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29 665 962	-	-	-	-	-	29 665 962
Total de Passivos	1 361 165 918	918 890 800	377 523 330	1 437 213 831	441 610 391	296 864 600	4 833 268 870

G. Risco Operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na existência de falhas na prossecução de procedimentos internos, de comportamentos das pessoas ou de sistemas informáticos, ou ainda, a ocorrência de eventos externos à organização que originam situações de perdas, potenciais ou efetivas. Quando os controlos falham, os riscos operacionais podem causar problemas reputacionais, legais, regulatórios, para além de perdas financeiras diretas. A Companhia não espera poder eliminar todos os riscos operacionais, mas com base no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, de identificação, mitigação ou eliminação das fontes de risco, pensa ser possível ir reduzindo a exposição a este tipo de risco.

A primeira responsabilidade na gestão do risco operacional está atribuída a cada responsável de Direção que deve assegurar a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional. Igualmente relevante na gestão do risco operacional é a função desempenhada pelo Compliance, na verificação da conformidade com a legislação e regulamentos em vigor, pela Auditoria no teste de eficácia dos riscos e controlos em vigor e na identificação de ações de melhoria e, ainda pela Organização no âmbito da continuidade de negócio. Existem igualmente Comitês na Companhia que abordam vários temas relacionados com o risco operacional.

H. Risco Reputacional

Este risco pode ser definido como o risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, ou do público em geral. Este risco, para além de risco autónomo, pode ser igualmente considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos.

A distribuição de produtos da Companhia é principalmente efetuada na rede do seu acionista único. Como resultado, qualquer evento reputacional ocorrido ao nível do seu acionista poderá afetar igualmente a reputação da Companhia, os seus proveitos e posição de mercado. De igual modo, as atividades externalizadas para outras entidades poderão igualmente afetar reputacionalmente a Companhia.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado pelo que a gestão deste risco tem sido efetuada de uma forma regular, através da implementação de diversas medidas de mitigação como a avaliação específica deste risco no âmbito do Comité de Novas Atividades e Produtos e a monitorização de indicadores quantitativos e qualitativos de reclamações.

Decomposição do justo valor de ativos financeiros por níveis

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – quando são valorizados de acordo com cotações disponíveis em mercados ativos;

Nível 2 – quando são valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – quando são valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis ou não são conhecidas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado;

- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV (“*net asset value*”) divulgado pelas respetivas sociedades gestoras;
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.

Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.

As naturezas dos ativos consideradas no nível 3 são essencialmente fundos de investimento imobiliário (69%), fundos de capital de risco (20%) e *asset backed securities* (9%). No caso dos fundos de investimento imobiliário a determinação do justo valor teve por base o valor da unidade de participação determinada pelas sociedades gestoras à data de fecho, baseados em avaliações imobiliárias independentes obtidas determinadas pelo Banco de Portugal.

Justo valor de ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor, estando estes ativos alocados ao nível 2 da categoria de justo valor.

Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos, sendo, nesta base e de acordo com o IFRS 13 uma das obrigações classificada como nível 1 e a outra classificada como nível 2.

Contratos de Investimento

O justo valor é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data do cálculo. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa garantida. Nesta base o justo valor dos contratos de investimento é de acordo com o IFRS 13 classificado como nível 2.

Devedores e credores por operações seguro direto, de resseguro e outros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

NOTA 45 – SOLVÊNCIA

A Companhia tem objetivos claros no que se refere a solvência, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

Nos termos da regulamentação aplicável, a Companhia obteve aprovação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para utilizar o ajustamento de volatilidade na estrutura temporal das taxas de

juro sem risco e aplicar a medida relativa à dedução transitória às provisões técnicas para os grupos homogêneos de risco (i) Produtos de capital e taxa garantida com participação nos resultados e (ii) Produtos de capital e taxa garantida sem participação nos resultados, no cálculo da sua margem de solvência.

Por indicação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e nos termos da legislação aplicável a Companhia procedeu à atualização da medida transitória com data efeito de 1 de janeiro de 2019, com base na informação referente a 31 de dezembro de 2019, recalculando a dedução transitória relativa às provisões técnicas para os grupos homogêneos de risco acima mencionados.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe, a 30 de junho de 2020 de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital, tendo em consideração as medidas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, conforme referido no Relatório de Gestão, parágrafos 1.4.8. e 1.4.9.

NOTA 46 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada de relevante a assinalar.